

MENSAGEM

Com a coordenação geral do escritor Gyro dos Anjos, sub-chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Mensagem Presidencial do presente ano foi elaborada no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. A parte de ciência, cultura e ensino superior foi preparada pelo prof. Darcy Ribeiro. Coube ao baiano Jaime Abreu a parte referente à educação e ao ensino elementar e médio. Como assessor de redator funcionou o escritor Cavalcanti Proença.

EXEMPLAR
de
2/11/54

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

(Subsídios à mensagem presidencial-
DEPE-CBPE)

Nenhum ideal de vida democrática nem nenhum plano de desenvolvimento nacional, pode deixar de esteiar-se num amplo e eficaz aparelho escolar, que prepare adequadamente o homem comum para a civilização de nossos dias e selecione os bem dotados para o desempenho das atividades de liderança.

Foi-se o tempo em que o romantismo econômico admitia que escolas numerosas e boas eram um corolário fatal e espontâneo do desenvolvimento, como também o do romantismo pedagógico, que pressupunha que abrir escolas era semear, automaticamente, progresso e desenvolvimento.

Hoje, uma visão mais equilibrada e objetiva do problema leva à segura convicção de que é preciso estabelecer escolas adequadas aos objetivos do desenvolvimento, pois não será necessariamente que elas o possibilitam, nem será, sem elas, adequadas, que esse desenvolvimento se consolidará.

Acreditando que no cerne de quase todos nossos problemas está o do nosso sub-desenvolvimento, que inclusive leva a formas de vida incompatíveis com o ideal democrático, tem sido constante preocupação do nosso governo estender e tornar adequado o aparelho escolar do país ao imperativo de sobrevivência que representa uma política de desenvolvimento nacional.

Para alcançar esse objetivo não se pode deixar de reconhecer que é árdua a tarefa a empreender.

Quando se considera que o dispêndio nacional com a educação já representa, em termos relativos, porcentagem ponderável da renda nacional, nada inferior ao que dispendem países do nosso nível, de desenvolvimento; quando se refletir sobre a elevada taxa de incremento demográfico nacional e sobre a juvenildade de nossa população em comparação com a nossa fraca faixa etária de produtividade, por baixa longevidade, fazendo que sobre não mais de um terço dos brasileiros recaia todo o pesado ônus da produção nacional; quando se considera que legíti-

mos ideais nacionalistas exigem seja em grande parte auto-financiável o investimento econômico nacional, tem-se a justa noção de como é necessário, nas iniciativas educacionais, a vigência de seguros critérios, os mais lúcidos objetivos, nas prioridades de investimento e na racionalização de despesas para que o vultoso quão indispensável ônus de tão largo empreendimento público não se perca em inversões improfícuas, desajustadas, alegóricas, inoperantes.

Daí a preocupação do nosso governo em incentivar ao máximo a pesquisa e a ação planejada em educação, que ao invés de representarem superfluo e custoso ônus, constituem o caminho a tentar para que se supere o acidentalismo da ação improvisada e aleatória, com todos os malefícios inerentes a processos empíricos que tais.

Considerando de uma perspectiva total a situação educacional do país, não se pode deixar de dar o maior relêvo à questão da educação comum, ministrada pela escola elementar.

Sem ela funcionando com a amplitude e eficácia necessárias, nem se obtém a realização do homem comum, capaz de um consciente exercício de cidadania democrática e de atividades proveitosas, como igualmente não consegue o suporte básico sobre o qual se há de esteiar o subsequente preparo das elites nacionais.

Não se conhece exemplo de povos de vida autenticamente democrática nem de liderança no processo de desenvolvimento, tendo em seu cerne um largo pêso-morto de analfabetos, marginalizados na vida nacional.

Calculada em tórno a oito milhões e duzentos mil a nossa geração entre sete e onze anos em idade de frequência normal à escola primária, os últimos recenseamentos revelam uma matrícula nessa escola que ainda não atinge os seis milhões.

Para que êsse índice altamente deficitário seja atingido, ainda assim vêm sendo toleradas formas de funcionamento dessa escola que lhe retiram, por completo, qualquer virtualidade educativa, desde o regime de turnos múltiplos, chegando ao absurdo de cinco e até seis em metrópoles as mais desenvolvidas do país, até a proliferação extensa e prolongada dos galpões de

emergência, faltos de um mínimo de condições materiais, em outros tão frequentes casos disseminados pela vastidão do território nacional, o funcionamento de escolinhas rurais sem quaisquer condições razoáveis de eficiência, desde o despreparo do professor de emergência até as dolorosas condições de instalação material.

Quase tôdas as escolas primárias municipais, tão ponderáveis em número como admiráveis no seu espírito pioneiro, se ressentem da insuficiência de recursos do nosso município, face à distribuição da receita pública nacional.

Se nas áreas rurais é agudo o problema, não é êle menor, senão quiçá mais grave, nas áreas urbanizadas, sofrendo o impacto da profunda transformação que acarreta nossa industrialização em processo, com os atropelos e desajustes de sua incipiência.

Uma análise do que realmente pode representar, como iniciação à vida, a fugaz permanência diária na escola dêsse imenso discipulado dos turnos sucessivos, multiplicada pelos quatro anos prevalecentes na escola elementar nacional, em anos letivos que mal significam cinco meses efetivos, nos dará a justa medida das condições precaríssimas em que vem sendo cumprida a obrigação fundamental do estado democrático-republicano de ministrar educação pública, gratuita, obrigatória, universal a todo o povo.

Quando essa análise chega ao cotejo com o que é, em horas escolares, a educação comum ministrada em povos desenvolvidos e a reflexão de que a êsses quatro anos, mínimo dos mínimos de uma escolarização comum apenas razoável, não chegam mais de 500 mil, ou sejam menos de 10% dos que nessa escola se matriculam, tem-se a justa medida da gravidade do problema.

Êsse é, êsse vem sendo, como as análises estatístico-financeiras o demonstram, sobretudo um grave problema de governo, ao qual pouca sensibilidade revelam segmentos isolados, particulares, da sociedade, voltados sempre para aspectos mais restritos da educação nacional, que mais de perto dizem respeito aos seus limitados interesses privados.

É, todavia, obrigação constitucional indeclinável enfrentá-lo resolutamente, estabelecendo-se numa escola elemen-

tar efetivamente nacional por sua amplitude, plenamente eficaz por sua organização funcional.

Ao lado de articulada conjugação de esforços públicos em suas várias órbitas estatal-municipal-federal, aos quais não deverão estar ausentes pessoas e entidades privadas cujo espírito público as torne sensíveis a esse magno problema nacional, há muito o que rever na filosofia e nos critérios de organização de nossa educação comum.

Os atuais critérios seletivos nela imprópriamente vigentes, conduzindo à anomalia das reprovações e repetências em massa; a desordem absoluta nas idades de matrícula, tumultuando seu funcionamento; o conceito arraigado de que é ela uma instituição sem finalidade própria, meramente preparatória para a escola secundária ainda de poucos, todos esses entraves ao exato desempenho de sua missão e a uma maior utilização de suas disponibilidades, carecem de revisão, tão profunda quanto urgente, por parte dos administradores educacionais do país.

É certo que nesse nível de ensino o papel da união é o de suplementar a ação dos Estados e dos Municípios.

Mas, nem por isso, considerando a relevância nacional do problema, a desproporção entre o crescimento da procura e as possibilidades da oferta, a altura do investimento financeiro a realizar, pode o Governo da União, respeitadas todas as prerrogativas de desejável autonomia local nesse nível de ensino, deixar de cooperar, o mais eficazmente possível, para solução de tão ingente problema.

Por assim pensar é que, por iniciativa do nosso governo, vêm sendo ponderavelmente incrementados os recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, do limite de 5% a 20% (?) sendo de notar que já montam a % os gastos previstos com o ensino primário e a alfabetização de adultos no Orçamento Global do Ministério da Educação para 1959, no qual se atende, assiná-le-se, ao cumprimento do dispositivo constitucional sobre os dispêndios obrigatórios da União em educação.

Dos seguintes modos vem se fazendo sentir, pela atuação do INEP, a quem incumbe a aplicação do Fundo Nacional do Ensino Primário, a presença da União no campo da escola elemen-

tar brasileira: na ampliação do seu parque escolar; nos planos de aumento da escolaridade para seis anos; no aperfeiçoamento do magistério em serviço; nos estudos e pesquisas, na renovação da literatura pedagógica, nas escolas-pilôto de demonstração e experimentação, obra que vem sendo empreendida pelo Centro Brasileiro e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais do INEP, recém-instituídos e em pleno funcionamento no Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, todos eles em completo regime de cooperação com as autoridades educacionais locais.

A esse objetivo básico de ampliação e aperfeiçoamento da escola primária nacional, tem estado, outrossim, presente a cooperação internacional, representada pela UNESCO, OEA e Ponto IV, devendo-se registrar que no Centro Regional de Pesquisas Educacionais do INEP, de São Paulo, realizou-se em 1958, em execução do Projeto Maior nº 1 da UNESCO, de Extensão e Aperfeiçoamento da Escola Primária da América do Sul, curso de aperfeiçoamento de líderes educacionais nesse campo, de toda a América Latina.

Para que se faça um julgamento exato do que vem representando a contribuição da União ao esforço nacional pela expansão e melhoria de sua escola elementar, informe-se que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de 1946 a 1958 dispendeu, em construções de escolas primárias e normais o total de R\$ 1 597 793 483,00, tendo construído 11 322 salas de aula, representando capacidade de matrícula, dois turnos, pra cerca de 900 000 crianças, o que constitui quase 20% do total da matrícula nessa escola.

A esse quantitativo se acresça, no mesmo período, a contribuição do INEP à construção de 754 salas de aula, no ensino normal, com capacidade para cerca de sessenta mil alunos, em dois turnos, para que se tenha um juízo exato da significação de contribuição do governo da União, no campo da escola elementar brasileira.

Focalizando dados mais recentes assinala-se que em 1958, as contribuições pelo INEP para execução de obras e melhorias, totalizaram R\$ 155 333 700,00 para Escolas Normais e.... R\$ 211 126 294,00 para Escolas Primárias, estando prontas e em

construção, nesse exercício, mais 1 752 salas de aula para escolas primárias.

Metas do Ensino Primário - Resumindo os objetivos fundamentais a serem atingidos pela escola primária brasileira, seriam básicos os seguintes: ampliação e melhora da rede escolar; período de escolarização de seis anos para as áreas urbanas e de quatro para as áreas rurais; dia escolar de seis horas; ordenação das matrículas à base de critérios de idade cronológica; promoção flexível.

A execução de programa de tão ampla envergadura exige esforços consideráveis do ponto de vista técnico e financeiro, pessoal e material.

São os problemas docentes e de administração escolar; de prédios e equipamentos; de preparo de magistério e equipamento especializado para o ensino primário-complementar (quinta e sexta séries).

Nem é viável possa ter êle execução simultânea e em curto prazo no diversificado mosaico cultural brasileiro, como não lhe podem bastar recursos orçamentários normais, para seu funcionamento.

Há de ser obra de programação por etapas, substancialmente custeada por empréstimos resgatáveis a longo prazo.

A assistência da União a êsse programa vem se fazendo, essencialmente, pelo aperfeiçoamento de professores, ampliação de Escolas Normais, convênios com governos estaduais para o funcionamento de cursos primários-complementares.

No que diz respeito à instituição da educação primária complementar são do maior relêvo os seus dois objetivos fundamentais, quais sejam o de tornar a escolaridade obrigatória suficientemente ampla e completa como preparação básica para a vida e o de concorrer para a democratização da educação pela formulação de outros objetivos e vigência de novos métodos relacionados com a atividade escolar, superando, pela real articulação entre a escola primária e a escola secundária, a velha antinomia aristocrática entre a escola do povo e a escola de elite, entre iniciação intelectual e trabalho.

O plano elaborado pelo Ministério da Educação pa-

ra consecução dêsses dois objetivos, sôlidamente inspirados numa filosofia educacional democrática e adaptada à sociedade moderna, tem como itens principais a extensão da escolaridade primária a seis anos e o enriquecimento do currículo, capaz de proporcionar uma educação integral.

Para que êsse plano tivesse início de execução, foram realizados acôrdos com os seguintes Estados: Alagoas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, já estando concluídos os Centros de Educação Primária Complementar de Minas Gerais, Ceará e Alagoas.

Quanto à importante experiência de regularização de matrícula por idades, vigente na escola elementar de todos os grandes países, já o M.E.C. ensaia experiência piloto no Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, em fase de desenvolvimento.

Como significativa iniciativa em andamento, figura a do levantamento de empréstimo de R\$ 600 000 000,00 em estabelecimento oficial de crédito de São Paulo, resgatável com recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, como obra típica de harmoniosa conjugação de esforços federais e estaduais, para trazer substancial contribuição ao agudo problema do prédio escolar em São Paulo.

Sem a menor dúvida à execução de programa de tão extenso alcance, não bastarão, é bém que se insista, apenas exclusivos recursos públicos.

Nunca será demais insistir na necessidade de uma ampla mobilização nacional, em que recursos privados sejam canalizados em benefício da extensão da escola pública, cujos deveres prioritários na educação nacional são além dos de básico instrumento do estado democrático-republicano, também decorrentes de expressa obrigação constitucional.

Sem dúvida, numa sociedade plural e democrática como a nossa, é necessário que floresçam as iniciativas privadas em educação, com a liberdade assegurada nos justos limites que a Constituição sábiamente prevê.

Sob a forma de bôlsas a estudantes aptos e capazes é defensável o auxílio do Estado a essas instituições, que têm a sua importante clientela particular, de determinados estratos da sociedade.

É, outrossim, inteiramente indicado e conforme com a nossa índole democrática, que o Estado se precathe de intervenções exageradas na área de responsabilidade profissional dos que dirigem as escolas e outra não é a respeito a orientação deste Governo, com os esforços descentralizadores que o seu substitutivo à Lei de Bases e Diretrizes e a iniciativa das classes secundárias experimentais, inequivocamente, representam/consustanciam.

Todo e qualquer espírito de organização monoliticamente centralizadora e anti-localista da educação nacional, entra em conflito com princípios pedagógicos, democráticos, republicanos e ainda com as peculiaridades da diversificada situação cultural brasileira.

Assim entende este Governo o que constitui aspecto pouco saudável de uma hipertrofiada presença estatal na educação, o que não se pode confundir com o inadmissível relegar a papel suplementar, secundário, subsidiário, a escola pública brasileira, ou descaracterizá-la como instrumento básico do estágio democrático-republicano, que o é, em todo o mundo moderno.

Ensino Médio - A posição importante dos egressos do ensino médio brasileiro nos quadros da cultura nacional faz jús a atenções cuidadosas para as linhas e características do desenvolvimento desse nível de ensino. Ele se destina a preparar os quadros médios da cultura nacional.

É esse o setor da educação onde ainda existe ponderável prevailecimento da iniciativa privada, nos seus maiores campos, que são os da escola secundária e do ensino comercial, sendo de assinalar que, por pressões sociais irresistíveis, cresce vigorosamente a presença pública na escola secundária, seja em número de alunos, seja em unidades escolares.

Os setores de mais alto custo e reduzida clientela no ensino médio regular - o do ensino industrial e o do ensino agrícola - são de manutenção quase exclusivamente pública.

Dentro do campo do ensino médio podem se assinalar como características gerais; o seu total de alunos, se bem que em acelerada expansão, ainda representa ínfima parcela da respectiva população em idade escolar (11-18 anos); é ele uma instituição ainda quase exclusivamente urbana; dos seus 900 000 alunos, cêrca de 75% se concentram na escola secundária; a taxa de incremento médio da matrícula na escola secundária é, de 1947 a 1957, em média de 11%, ^{no mesmo secundário,} de 10% no ensino comercial, ^{de} 5% no ensino industrial, não havendo acréscimo a assinalar no setor do ensino agrícola; o decréscimo de matrículas nas várias séries do curso secundário é acentuadamente progressivo, não atingindo a mais de 10% os que chegam à conclusão do curso; no curso comercial, a matrícula no segundo ciclo supera a do primeiro, pela habilitação profissional ensejada.

Medidas de vária natureza têm sido tomadas, no sentido de obtenção de uma distribuição de matrícula melhor proporcionada, entre os vários ramos dêsse ensino.

Entre essas, é de justiça salientar a Lei nº 1821, de 1953, de Equivalência dos Cursos do Ensino Médio, bem como os esforços feitos no sentido de ampliar e melhorar a rede de ensino técnico-profissional.

Parece pácífico, todavia, que a distribuição dessa clientela não pode ser substancialmente alterada por medidas de caráter pedagógico, tanto corresponde ela a opções sociais mais profundas.

Nem o fato é de espantar por qualquer singularidade, pois equivale a opções absolutamente idênticas em países de maior transformação econômico-social.

Admite-se, assim, que a política educacional mais acertada será, ao lado do desenvolvimento e melhoria das escolas técnico-profissionais de nível médio, mais como um saque sôbre futuro que tudo demonstra próximo, de versificar, desuniformizar, atualizar, ~~centralizar~~, descentralizar a organização da escola secundária brasileira ainda por algum tempo a grande escola nacional de nível médio.

Por assim entender, tem estimulado o meu Governo, seja através dos seus substitutivos à Lei de Bases e Diretrizes

da Educação Nacional e à Lei Orgânica do Ensino Secundário como, principalmente, pela oportunidade concedida de organização de classes secundárias experimentais, os ensejos de diversificação da organização curricular dessa nossa escola secundária, cujo modelo único colide com a heterogeneidade crescente de interesses, de nível mental, de formação cultural do vasto discipulado que ora a busca.

A análise estatística de seus quadros, revela que os que a frequentam como etapa intermediária aos estudos de nível superior são uma minoria que demonstra não poder mais continuar ela com a estrutura rigidamente uniforme de uma instituição sem finalidade própria, meramente propedêutica a estudos de mais alto nível.

Muito ao contrário do que uma análise apressada poderia indicar, é bastante ponderável a presença financeira da União na manutenção do ensino médio nacional.

Além das escolas de ensino industrial e agrícola, custosas pela própria essência do seu ensino não verbalista, há a considerar a contribuição da preparação regular dos quadros de magistério, saídos das Faculdades de Filosofia, em grande parte de manutenção federal e onde funcionam os Ginásios de Aplicação, ao lado da substancial presença do Fundo Nacional do Ensino Médio, drenando ponderáveis recursos federais para expansão e melhoria da escola média brasileira.

Não se pode também perder de vista o que representa para a escola secundária nacional o funcionamento, sempre ampliado, do tradicional estabelecimento-padrão, o Colégio Pedro II, que abrigou, em 1958, 6 165 alunos na Capital da República.

No que concerne ao funcionamento do Fundo Nacional do Ensino Médio, cujas dotações orçamentárias aprovadas perfizeram um total de um bilhão e cento e noventa e dois milhões de cruzeiros, impõe-se preservar a orientação, que o justifica, de conceder prioridade absoluta à concessão de bolsas a estudantes que delas necessitem e a elas façam jus; de ampliar as oportunidades de concessão de boa educação pública gratuita; de pôr os auxílios a instituições ou pessoas privadas em indispensável condicionamento à melhoria efetiva do ensino e ao espírito públi

demonstrado.

De outra maneira, sem melhoria efetiva do ensino, nem incremento real de suas oportunidades, se esvairiam recursos vultosos, cuja condição de públicos não se compadece com destinações alheias ao seu próprio espírito.

Bases e Diretrizes da Educação - Com o objetivo de ajustar os sistema de ensino às condições de evolução e desenvolvimento nacionais, apresentou o atual Governo, pelo seu Ministério de Educação e Cultura, substitutivo ao Ante-Projeto de Bases e Diretrizes da Educação.

Conservou o documento apresentado as linhas descentralizadoras do primitivo projeto, em obediência ao nosso regime político federativo e às imposições de nossa diversidade cultural.

Respeitando o princípio constitucional que estabelece os deveres básicos do estado brasileiro em relação à educação nacional, defendeu, todavia, em seus justos termos, o espírito de descentralização, liberdade, flexibilidade e autonomia das instituições educativas, públicas e privadas, de cuja sadia concorrência e emulação, em seus campos próprios, bem definidos, só benefícios podem advir à sociedade brasileira, de índole essencialmente democrática.

Realizações em 1958 - Realizou o Governo Federal, em 1958, as tarefas pertinentes, no campo da educação e cultura. Manteve e administrou o aparelho federal de ensino, integrado por suas universidades, escolas especiais de ensino emendativo e escolas padrão e de demonstração no nível elementar e secundário.

Ademais, prestou assistência técnico-financeira a Estados e Municípios na ampliação e melhoramento dos seus sistemas de ensino, bem como a numerosas instituições privadas, o que se enquadra no seu papel de coordenador e estimulador da educação nacional, no sentido de dar integração e unidade aos vários sistemas educacionais vigentes no país.

Com o objetivo de fazer efetivamente nacional a obra de estudos e pesquisas educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, como substratum indispensável a qualquer tentativa consciente de planejamento da expansão e melhoria do

nosso sistema educacional, funcionaram, em 1958, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, no Rio de Janeiro, em prédio próprio; o Centro Regional de São Paulo, em prédio próprio, na Cidade Universitária; o Centro Regional de Minas Gerais, no Instituto de Educação de Belo-Horizonte; o Centro Regional da Bahia, em prédio próprio, em Salvador, dispendo de Escola Experimental Primária e Centro de Demonstração de ensino primário integral; o de Pernambuco, em prédio próprio, no Recife; o do Rio Grande do Sul, ainda em prédio de aluguel.

Educação Primária - As realizações a seguir enumeradas definem a presença da União nesse tão importante setor da educação nacional.

Prédios Escolares - Em prédios concluídos e em construção, de Escolas Normais, com financiamento pelo Fundo Nacional do Ensino Primário, registam-se 34, com um total de 618 salas de aula, elevando-se esta cifra, em escolas primárias a 692 prédios, com um total de 1 752 salas de aula.

Equipamento escolar - No ano de 1958 foram fornecidos mobiliários escolares para 773 salas de aula de escolas primárias, cujo custo total, inclusive transporte, andou em R\$ 17 466 289,00.

Cursos de Aperfeiçoamento - Os cursos de aperfeiçoamento de professores de escolas normais e primárias e de pessoal técnico destinado às secretarias de Educação, ministrados pela Coordenação de Cursos do INEP beneficiaram em 1956, 674 professores, em 1957 816 e em 1958 a 1 880, que frequentaram, em todo o país, cursos, seminários e fizeram estágios.

Como experiência educacional das mais significativas no campo da escola elementar registre-se a da "Escola Guatemala", entregue à orientação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do INEP, e que vem funcionando como um laboratório experimental no campo da escola primária.

Centros de Educação Primária e Complementar - De acordo com os convênios celebrados com os estados estarão construídos, dentro de um semestre 75 Centros de Educação Primária Complementar dotados de pavilhões de oficinas, assim distribuídos:

Alagoas..... Centro de E.P.C. (concluído)

- pavilhões de oficinas: 6
Maceió, Palemira dos índios, Viçosa, União dos
Palmares, Arapiraca, Santana do Ipanema.
- Bahia..... Pavilhões de oficinas: 5
Todos a serem construídos na Capital
- Ciará..... Centro de E.P.C. (concluído)
Pavilhões de oficinas: 2
Martinópolis e Iguatu
- Goiás..... Centro E.P.C. em Goiânia
Pavilhões de oficinas: 4
Vila Nova, Catalão, Goiânia, Anápolis
- Maranhão..... Centro E.P.C. em São Luís
Pavilhões de oficinas: 8
Caxias, Codó, Pedreiras, Balsas, Colinas, Barreirinhas e 2 em São Luís.
- M. Grosso..... Centro de E.P.C. - Belo-Horizonte (concluído)
Pavilhões de oficinas: 4
Belo-Horizonte - Ação Social São Antônio, Leopoldina, São João del'Rei e Uberlândia.
- Paraíba..... Centro de E.P.C. em João Pessoa
Pavilhões de oficinas: 8
Campina Grande (2), Pombal, João Pessoa (2), Patos, Guabira e Areia.
- Pernambuco..... Pavilhão de oficinas: 8
Recife (2), Paulista, Gravatá, Nazaré da Mata, Floresta, Igarapé, Afogados da Ingazeira.
- Paraná..... Centro de E.P.C. em Curitiba
Pavilhões de oficinas: 5
Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Jacarezinho, Guaira.
- Piauí..... Centro de E.P.C. em Teresina
Pavilhões de oficinas: 5
Campo Maior, Floriano, Parnaíba, Teresina (2)
- Rio de Janeiro. Centro de E.P.C. em Niterói
Pavilhões de oficinas: 4
Duque de Caxias, Campos, São Gonçalo e Friburgo
- Rio G. do Norte Pavilhões de oficinas: 4
Natal (2), Mossoró e Caicó
- Rio G. do Sul.. Centro de E.P.C.
- São Paulo..... Pavilhões de oficinas: 2 na Capital
- Sergipe..... Centro de E.P.C. em Aracajú
- Santa Catarina. Centro de E.P.C. em Florianópolis
Pavilhões de oficinas: 7
Blumenau, Joinville, Lajes, Criciúma, Joaçaba

Pôrto União e Chapecó.

Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - Dentre as atividades da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos assinalam-se a instalação de 12 251 cursos de ensino primário supletivo, em que se aplicaram recursos financeiros no valor de cerca de 58 milhões de cruzeiros; a criação de 130 centros de Iniciação Profissional, com os respectivos auxílios financeiros, na importância de 7 milhões e 800 mil cruzeiros; a distribuição a voluntários, de 5 169 070 publicações diversas destinadas à educação de dolescentes e adultos. Foi elaborado um novo "Guia de Leitura" destinado à alfabetização de adolescentes e adultos da região norte do Brasil, para o qual foram cuidadosamente selecionados vocabulários, usos, costumes e aspectos geográficos, sociais e econômicos. Procedeu-se à preparação de outro guia intitulado "O Nordeste", nos moldes já descritos e dedicado aos estudantes da região nordestina. Ultimou-se a confecção do "Manual de Voluntários", destinado às pessoas que, sem a devida preparação didática, cooperam na alfabetização de adolescentes e adultos, compreendendo guias de leitura para cada sexo: "Guia de Matemática", "Exercícios para o Ensino da Linguagem Escrita" e "Instrução Metodológicas".

Promoveu, ainda, a Campanha, o "Concurso de Obras Educacionais para Neo-Alfabetizados", com prêmios no valor de 400 mil cruzeiros, e publicou regularmente os periódicos "Boletim Informativo", "Boletim Mensal" e "Jornal de Todos," com tiragem de 15 mil exemplares. A Campanha está, também, iniciando um trabalho experimental de "Biblioteca Circulante", com 40 caixas de livros.

Educação de Nível Médio - Ensino Secundário - No setor legislativo, na área normativa, enviou o Governo ao Congresso substitutivo ao Anteprojeto de Lei Orgânica do Ensino Secundário, no qual se expressam as tendências de descentralização e flexibilidade de organização da escola secundária que atendem a necessidades de consenso geral.

No setor técnico-administrativo podem se enumerar as seguintes medidas:

- a) descentralização dos serviços administrativos,

com a criação de mais nove Inspetorias seccionais;

b) transformação das Secções da Diretoria do Ensino Secundário em órgãos eminentemente técnicos;

c) acentuação do carácter pedagógico da inspeção federal;

d) cursos, promovidos pela CADES, para professores, frequentados, em 1958, por cerca de 3 500 candidatos;

e) dez jornadas de estudos para diretores e 16 cursos para Secretários;

f) estágios de aperfeiçoamento de professores, diretores, inspetores, no Colégio de Nova Friburgo;

g) bolsas de estudo, no exterior;

h) edição da revista "Escola Secundária";

i) distribuição de laboratórios de ciências experimentais e estabelecimentos de cinquenta cidades do interior;

j) instituição, pela portaria 105/58, da carreira de orientador educacional.

Destaque especial merece a oportunidade ensejada de renovação da nossa escola secundária, com o funcionamento, a partir de 1959, de trinta e cinco classes secundárias experimentais, no Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro e Ceará, cujos planos experimentais foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação e homologados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Igualmente merece relêvo a extensão conseguida dos cursos de aperfeiçoamento do magistério secundário, cujo acelerado crescimento não vem comportando sempre uma desejável formação regular dos seus quadros.

Ensino Industrial - Vem o governo acelerando o ritmo de construções e equipamento escolares, no objetivo de assegurar a maior eficiência ao trabalho de formação técnico-profissional de nível médio.

Algumas das iniciativas em curso são de considerável porte, bastando ressaltar que as Escolas Técnicas de São Bernardo do Campo e Novo Hamburgo, destinadas a comportar, inicialmente, 600 alunos internos, terão áreas de construção, respectivamente, de 170 000 e 200 000m², com seu custo total, a

cargo da União, no valor de quatrocentos milhões de cruzeiros cada uma.

Ao lado disso, dispendeu-se importância aproximada de 80 milhões de cruzeiros nas obras compreendidas nas várias Escolas Técnicas Federais da União.

Foram adquiridos equipamentos de laboratório, gabinetes técnicos, oficinas e outros materiais de ensino de valor aproximado de 30 milhões de cruzeiros.

Por intermédio da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial foram empregados, no exercício de 1958, R\$ 12 800 000,00 e US\$ 58 200,00 em equipamentos obras, treinamento de professores, beneficiando-se as Escolas Técnicas de Pelotas, Ouro Preto, Campos, Belo-Horizonte e Curitiba.

Celebraram-se acordos para funcionamento de cursos artesanais em todos os Estado da Federação.

O aperfeiçoamento dos professores em serviço prosseguiu mediante cursos ministrados por especialistas brasileiros e norteamericanos, pelo Centro de Pesquisas e Treinamento, instalado, com a colaboração da CBAI, da Escola Técnica de Curitiba, e por viagens de estudo e estágios nos Estados Unidos.

Em 1958 foi criado o Curso Técnico de Eletrônica e os serviços de orientação educacional continuaram a ser realizados com o auxílio da CBAI.

O ante-projeto de lei que reorganiza o ensino técnico-industrial das escolas mantidas pela União, ora em discussão no Senado Federal, dará a essas escolas possibilidade de reorganização condizente com os imperativos de seu desenvolvimento.

Ensino Comercial - Porque corresponde a necessidades realmente sentidas em nossa estrutura social, êsse ramo do ensino médio vem mantendo um contínuo índice de crescimento, seja em unidades escolares, seja em número de matrículas, o que indica a necessidade de atenção ao seu processo de expansão.

Especialmente no segundo ciclo, onde é ministrada a preparação profissional de técnicos de comércio de nível médio, a sua matrícula é apenas inferior a dos cursos científicos, do curso colegial.

Ramo do ensino médio onde mais ausente tem sido, até hoje, a direta manutenção pública, merece, por isso mesmo, atenções muito especiais ao seu aprimoramento, para que, ao seu crescimento quantitativo corresponda, de fato, um razoável nível qualitativo.

Assim pensando, promoveram-se cursos específicos no Distrito Federal, São Paulo, Campinas, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Recife, com seminários de estudos para diretores, professores, inspetores e secretários.

Cêrca de vinte escolas técnicas vêm adotando o sistema do ensino funcional ou de classes-experimentais, dinamizando e tornando prático o ensino técnico de comércio a que se propõem.

Ensino Agrícola - Vem recebendo considerável atenção do nosso governo o problema do ensino agrícola, ainda o grande engeitado da clientela nacional do ensino médio.

Dos planos aprovados para sua expansão serão beneficiadas 16 escolas agro-técnicas, com 34 alojamentos e 5 pavilhões de indústrias rurais.

Do plano total de expansão dêsse ensino em seus vários, ^{graus,} do elementar ao superior, já foram aplicados, em 1958, duzentos milhões de cruzeiros, primeira quota de um total de cêrca de dois bilhões de cruzeiros.

Com a execução total dêsse plano ter-se-á aumentado de cinco vêzes, de 6 000 para 30 000, as oportunidades educativas totais dêsse ramos do nosso ensino, evidentemente significativo para as metas de desenvolvimento nacional.

Fundo Nacional do Ensino Médio - Substancial parcela dêsse Fundo foi destinada, em 1958, a obras e instalações de escolas técnicas e industriais, mediante convênios com entidades públicas e privadas, cujo montante atingiu soma superior a 500 milhões de cruzeiros, cêrca de metade da dotação global dêsse Fundo.

Para atendimento de bôlsas, foram reservados R\$ 240 000 000,00 e os auxílios, sob várias modalidades, aos vários ramos do ensino médio, totalizaram cêrca de R\$ 260 000 000,00.

Foram distribuídos a critério do Conselho de Administração do Fundo Nacional do Ensino Médio  160 000 000,00 como auxílios de natureza vária.

Ja utilizado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SUBSÍDIO PARA A MENSAGEM DO GOVERNO AO
CONGRESSO NACIONAL - 1958

ENSINO INDUSTRIAL

1. DEFINIÇÃO DO ÓRGÃO E SUAS ATRIBUIÇÕES

~~Pelo Decreto-lei nº 8 535, de 2-I-1946, a antiga Divisão do Ensino Industrial, passou a constituir Diretoria imediatamente subordinada ao Ministro, estabelecendo o art. 3º do referido diploma legal que as Diretorias terão por finalidade orientar e fiscalizar a aplicação das leis do ensino sob jurisdição do Ministério da Educação e Cultura, e a Diretoria do Ensino Industrial, especificamente, compete, ainda,~~

- "I - orientar e fiscalizar o ensino industrial nas escolas e nos cursos mantidos pelo Ministério e promover o aperfeiçoamento dos métodos do ensino;
- II - colaborar com as utilidades públicas e particulares, quando solicitada, em tudo que se relacionar com o ensino industrial e fôr autorizado pelo Ministro;
- III - estudar os assuntos de ensino industrial, submetidos ao Ministério pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- IV - divulgar, por todos os meios aconselháveis, conhecimentos relativos ao ensino industrial".

Pelo Decreto nº 35 171, de 8 de março de 1954, foi aprovado o Regimen to da Diretoria do Ensino Industrial, que, no artigo 1º e seus X incisos, enumera suas finalidades, dentro das linhas mestras acima indicadas.

Só em 1910 começou a existir, com alguma sistematização, o ensino profissional brasileiro, com a legislação inspirada por Nilo Peçanha, em 1909, de que se comemorará em 1959 o cinquentenário, excelente oportunidade de, através de um congresso, exposição e publicações, evidenciar o impulso desse ramo

de ensino em apenas meio século e, especialmente, no atual governo.

Até a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-lei nº 4 073, de 30-I-1942), o ensino profissional se fazia sem articulação com o sistema nacional de educação e era quase exclusivamente destinado à recuperação social de menores desvalidos ou de inferior inteligência.

A Lei Orgânica deu-lhe grande impulso e sistematização, dividindo-lhe o campo de ação nos seguintes setores:

1. Aprendizagem industrial, praticamente confiada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, custeado pela própria indústria.

2. Curso industrial básico, de quatro anos, com disciplinas de cultura geral quase idênticas às do ginásio, para proporcionar a formação integral do homem, e disciplinas de cultura técnica, para integrar o homem numa profissão.

3. Curso técnico, compreendendo 2º ciclo dessa modalidade de ensino médio, cujos formandos têm classificação profissional imediatamente abaixo do engenheiro.

4. Curso pedagógico, destinado à formação regular de professores e administradores de ensino industrial, até o presente sem a amplitude desejada, pois as circunstâncias têm imposto a organização de cursos rápidos de aperfeiçoamento.

A maior conquista do ensino industrial foi sua definitiva posição como ramo do ensino médio, com plena equivalência ao ensino secundário, articulando-se, verticalmente, desde a escola primária até a universidade, e, horizontalmente, entre todos os ramos de ensino médio, em regime de vasos comunicantes, de grande significação vocacional, que lhe concedeu a Lei nº 1 821, de 12-3-53, regulamentada pelo Decreto nº 34 330, de 21-10-54.

Esse fato assinala o fim da primeira fase do plano da educação técnico-profissional no país e inaugura uma etapa adiante. Criadas as escolas e quadros e estabelecidos os primeiros programas experimentais, construídos e equipados numerosos estabelecimentos, o próximo passo é o do aperfeiçoamento progressivo dos métodos do ensino industrial, em alguns pontos já obsoletos, porque a in-

dústria não pára e o ensino industrial é, por excelência, o que ministra a educação para o desenvolvimento, talvez a meta de mais profundo alcance de tôdas com que o atual governo vem plantando as bases de nossa revolução industrial e econômica na realização de nosso destino histórico de país líder do continente.

Essa nova etapa depende, fundamentalmente, da aprovação pelo Congresso do projeto de reforma do ensino industrial, ora em tramitação no Senado Federal.

2. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 1958

Construções escolares

Vem o Governo acelerando o ritmo de construções escolares e de equipamento, no desejo de garantir a maior eficiência no trabalho de formação de mão-de-obra qualificada em nosso país. No corrente ano ~~elaborou a Diretoria do Ensino Industrial~~ *foram elaborados* programas completos relativos à construção de novas escolas, como a de Belém e as de Novo Hamburgo e de Jundiaí (de Construção Civil), estas duas de grandiosas proporções; ~~organizou~~ *organizaram-se as* plantas concernentes à remodelação minuciosa de oficinas escolares, laboratórios e gabinetes das Escolas Técnicas de Belo Horizonte e Pelotas; ~~organizou~~ *as* plantas baixas para orientação básica da Divisão de Obras do ~~M.E.C.~~ *Ministério* com referência às Escolas Técnicas de Campos e Recife (reorganização), Salvador (continuação) e Industriais de Aracaju (nova planificação), João Pessoa, Cuiabá (novas instalações), Teresina e Natal (reorganização); ~~elaborou~~ *executaram-se os* desenhos para construção de móveis para oficinas, laboratórios e gabinetes; ~~estabeleceu~~ *além dos* orçamentos para aquisição de equipamentos.

Em 1958, foram despendidas as seguintes importâncias com obras:

1. Escola Industrial de Florianópolis	9.505.962,00
2. Escola Técnica de São Bernardo do Campo	19.247.867,10
3. Escola Técnica de Ouro Preto	4.297.034,40
4. Escola Técnica de Belo Horizonte	11.787.575,10
5. Escola Técnica de Novo Hamburgo	2.596.915,00
6. Escola Industrial de Natal	8.824.244,00
7. Escola Técnica de Pelotas	7.259.620,00
8. Escola Técnica de Curitiba	1.403.100,00
9. Escola Industrial de Maceió	1.779.640,50

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

10. Escola Técnica Nacional	1.310.542,70
11. Escola Industrial de Teresina	1.783.513,60
12. Escola Industrial de Aracaju	1.184.620,30
13. Escola Industrial de Cuiabá.....	526.807,50
14. Escola Técnica de Manaus	155.046,00
15. Escola Técnica de Salvador	219.637,50
16. Escola Técnica de Vitória	87.057,50
17. Escola Técnica de Recife	121.934,00
18. Escola Industrial de João Pessoa	478.872,00
19. Escola Industrial de Fortaleza	379.900,00
20. Escola Técnica de Jundiá	<u>400.000,00</u>
TOTAL	<u>73.349.889,20</u>

Algumas dessas obras são de porte considerável, bastando ressaltar que a Escola Técnica de São Bernardo do Campo, destinada a comportar inicialmente 600 alunos internos, compreenderá instalações numa área de cerca de 170 000m², e a de Novo Hamburgo, que também atenderá a 600 estudantes, terá uma área de construção de 200 000 m². O custo total, a cargo da União, de cada um desses estabelecimentos aproxima-se de Cr\$400.000.000,00.

Equipamentos

Para atender a esse importante fator de desenvolvimento de um ensino industrial eficiente, foram adquiridos equipamentos de laboratórios, gabinetes técnicos, oficinas e demais material de ensino, num total de Cr\$25.230.428,90, beneficiando as seguintes escolas:

1. Curso Técnico de Mineração e Metalurgia (Ouro Preto)	99.900,00
2. Escola Técnica de Pelotas	12.174.706,00
3. Escola Técnica de Belo Horizonte	8.764.814,70
4. Escola Técnica Nacional	3.987.350,00
5. Escola Técnica de Recife	75.000,00
6. Escola Técnica de Goiânia	36.788,20
7. Escola Técnica de Curitiba	62.660,00
8. Escola Técnica de Salvador	<u>29.210,00</u>
TOTAL	<u>25.230.428,90</u>

Através da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, órgão internacional entrosado neste Ministério, foram empregados, no corrente ano, até a presente data, Cr\$12.747.423,30 e US\$58.177,65 em equipamentos, obras e

treinamento de professores, tendo sido beneficiadas as Escolas Técnicas de Pelotas, Ouro Preto, Nacional, Campos, Belo Horizonte e Curitiba, conforme a seguinte discriminação:

Equipamento e material diverso:

Escola Técnica de Pelotas:		40.000,00
Curso Téc.Min. e Metalurgia- Ouro Preto:		25.000,00
Escola Técnica Nacional:		857.596,50
Escola Técnica de Campos:		20.640,00
Escola Téc. de Belo Horizonte:	US\$9,438,45	183.168,00
Escola Técnica de Curitiba:	48,739,20	-
	<hr/>	
	US\$58,177,65	1.126.404,50

Obras:

Escola Técnica Nacional:		109.484,00
--------------------------	--	------------

Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores -
- Curitiba:

11.511.534,80

US\$58.177,65

12.747.423,30

Acôrdos e Convênios

No exercício de 1958 foram ainda celebrados Acôrdos com entidades oficiais ou particulares, à conta da Verba 1.0.00, Consignação 1.6.00, Subconsignação 1.6.13, para instalação e funcionamento de cursos artesanais em tôdas as unidades da Federação, totalizando Cr\$24.700.000,00 .

Outros Acôrdos celebrados foram:

Instituto de Tecnologia do Rio Grande do Sul	Cr\$1.000.000,00
Instituto de Tecnologia da Bahia	Cr\$1.000.000,00

À conta do Fundo Nacional do Ensino Médio, em virtude de convênios com diversas instituições, despendeu a Diretoria de Ensino Industrial a importância de Cr\$45.200.000,00 , da seguinte forma:

1. SENAI - Escola de Rondônia	5.000.000,00
2. Escola Técnica de Juiz de Fora	5.000.000,00
3. Escola Industrial de Brasília	2.000.000,00
4. Escola Industrial de Camaquã	2.000.000,00
5. Abrigo Cristo Redentor	25.000.000,00
6. Escola Técnica Industrial São José dos Campos .	6.000.000,00
7. Escola Industrial N.S.Auxiliadora - Araras	200.000,00

A tanto acrescentem-se recursos do F.N.E.M. consignados no Orçamento e especificadamente destinados às instituições abaixo enumeradas:

Escola Técnica Eletro Mecânica da Bahia	1.000.000,00
Escola Técnica de Lins (São Paulo)	100.000,00
Instituição Toledo de Ensino (São Paulo)	100.000,00
Escola Técnica Rezende Rammel	100.000,00
Escola Técnica Paulista de Agrimensura	500.000,00
Sociedade Beneficente Orfanato Taylor-Egídio - BA ..	200.000,00

Aperfeiçoamento de Diretores, de professores, exames de suficiência e registro de professor

No que tange à formação do magistério, tiveram prosseguimento as atividades de assistência técnico-pedagógica, através de cursos de aperfeiçoamento de 8 meses, para professores de ofício, de fundição, mecânica de máquinas, marcenaria, serralheria, eletricidade, rádio, ministrados por especialistas brasileiros e americanos, pelo Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, instalado com a colaboração da CBAI na Escola Técnica de Curitiba. Foram atingidos 35 professores.

Proporcionou-se, ainda, a diretores de escolas de ensino industrial, com a colaboração da C.B.A.I., viagens de estudos aos Estados Unidos da América, com estágio na indústria e visitas de observação a estabelecimentos de ensino industrial. Beneficiaram-se da providência os diretores das Escolas Técnica de Belo Horizonte; Industriais de Fortaleza e Teresina. Com a colaboração de professores da rede federal, foram elaboradas provas especializadas para exames de suficiência de candidatos a registro como professores de:

1. Desenho Técnico (Marcenaria)
2. Costura (Alfaiataria)
3. Tecnologia (Mecânica de Automóvel)
4. Entalhação
5. Desenho Ornamental
6. Matemática (1º ciclo)
7. Matemática (2º ciclo)
8. História do Brasil
9. Geografia do Brasil
10. Composição Manual
11. Desenho Técnico (Artes Aplicadas)
12. Desenho Artístico (Artes Aplicadas)
13. Marcenaria
14. Desenho Técnico (Chapéus, Flores e Ornatos)

15. Telecomunicações e Radiotécnica
16. Física
17. Sapataria
18. Estofaria
19. Aparelhos de Eletrocomunicação
20. Manejo de Máquinas
21. Costura (feminino)
22. Ferramentaria
23. Desenho Técnico (Tipografia)
24. Corte (feminino)
25. Corte (masculino)
26. Solda Elétrica
27. Solda Oxiacetilênica

além de provas de Cultura Geral constantes de Português, Matemática, Geografia do Brasil, História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais.

~~Foram corrigidas 134 provas de conhecimentos gerais e 126 especializadas. Concluíram-se diversas provas de tecnologia, prática e didática de candidatos que iniciaram seus exames em 1957. No corrente ano, inscreveram-se 190 candidatos, realizando-se exames em dois períodos (março e setembro), tendo sido inabilitados 84, até o presente. Foram expedidos 30 certificados de habilitação.~~

Foram registrados 484 professores, procurando-se ainda manter atualizado o fichário de professores registrados.

Criação de novos cursos e Reconhecimento de escolas

Foi instituído, em 1958, o curso técnico de Eletrônica e adotadas providências para a instituição do de Meteorologia.

Foram reconhecidas mais 7 escolas, sendo 4 industriais e 3 técnicas, a saber:

1. Escola Industrial Comandante Zenithilde Magno de Carvalho, do Rio de Janeiro
2. Escola Industrial do Oratório Anjo da Guarda, de São Paulo
3. Escola Industrial N.S. Auxiliadora, de Araras- Estado de São Paulo
4. Escola Industrial São José, de Registro - Estado de São Paulo
5. Escola Técnica de Lins, de Lins - Estado de São Paulo
6. Escola Técnica Paranaense, de Curitiba - Estado do Paraná
7. Escola Técnica do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro.

Assistência aos alunos

As escolas da rede federal mantêm serviços de alimentação e assistência médico-odontológica, dispondo ainda de caixas escolares que custeiam pequenas despesas assistenciais. Algumas possuem internato.

Além desse tipo de assistência, há ainda bolsas de estudo, à conta dos recursos orçamentários privativos da D.E.I. e à conta do F.N.E.M., o qual destinou para esse fim, no corrente ano, Cr\$11.250.000,00 para o ensino industrial.

Com auxílio da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial continuaram a ser mantidos Serviços de Orientação Educacional em algumas das escolas da rede federal (Belém, Teresina, Fortaleza, Natal, Vitória, Salvador, Campos, São Paulo, Belo Horizonte e Goiânia).

Registro de diplomas. Movimento escolar

Até novembro de 1958 foram registrados 2488 diplomas de conclusão de curso, entre artífices e técnicos do ensino industrial.

O movimento de matrícula, nas escolas da rede federal, foi o seguinte:

Curso Industrial

1ª série:	2 388
2ª série:	1 918
3ª série:	1 317
4ª série:	<u>987</u>

Total 6 610

Curso de mestría: 4

Curso técnico: 7 394

6610
7394

14004

Outras atividades

Elaboraram-se, para exames vestibulares, testes de nível mental e provas de Português e Matemática para todas as escolas da rede federal e para as

escolas equiparadas e reconhecidas que o solicitaram, sendo utilizado o tratamento estatístico para determinar o mínimo de pontos equivalentes à nota mínima de aprovação e iniciado o estudo de correlação de questões, com o fim de organizar fichário de dificuldades de questões, para servir a provas futuras.

Até o momento, deram entrada na D.E.I., em 1958, 5 604 documentos diversos e 2817 processos, além de 664 processos de registro de professor e verificou-se a saída de 5 024 ofícios, 1 719 telegramas e 2 977 processos.

3. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RESPECTIVA APLICAÇÃO

O apoio governamental a esse ramo de ensino tem ressoado nos sensíveis aumentos das dotações orçamentárias, sendo de notar que o ensino industrial, pela natureza das instalações que requer, é um ensino caro.

Em 1958, da dotação de Cr\$9.420.155.244,00, correspondente ao MEC, teve a D.E.I. Cr\$826.863.460,00, isto é, 8,565% da importância consignada a todo o Ministério.

A discriminação dessa importância de 826 milhões é a seguinte:

DEI (inclusive CBAI)	61.777.940,00
Cursos de extensão	6.818.880,00
Escolas Industriais	77.905,860,00
Escolas Técnicas	186.560.780,00
Fundo Nacional do Ensino Médio	493.800.000,00

4. SUGESTÕES DE MEDIDAS PARA OS PLANOS DO GOVERNO EM 1959

O mais importante objetivo da D.E.I., no sentido de estimular e modernizar o ensino industrial, é a aprovação do projeto de reforma ora em tramitação no Senado Federal (nº 70-58), que prevê, para as escolas da rede federal, personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Tal autonomia permitir-lhes-á solução mais rápida de questões administrativas e possibilitar-lhes-á maior adequação ao meio social a que servirem.

Dentre as maiores dificuldades ^{nessa setor} sofridas pela D.E.I. sobressai a carência de pessoal, especialmente de professores, dada a impossibilidade de admi-

tir extranumerários, proibição essa cuja revogação fica aqui sugerida.

5. JUSTIFICAÇÃO DAS VERBAS SOLICITADAS NA LEI DE MEIOS PARA 1959

Para 1959, está prevista para o ensino industrial a soma de Cr\$.....

Cr\$988.724.740,00, assim distribuída:

D.E.I. (inclusive CBAI)	59.508.700,00
Cursos	6.883.680,00
Escolas Industriais	86.644.980,00
Escolas Técnicas	197.687.380,00
F.N.E.M.	<u>638.000.000,00</u>
TOTAL	988.724.740,00

O aumento das dotações orçamentárias é uma decorrência do desenvolvimento do programa anteriormente traçado, especialmente no que concerne a obras e equipamentos, de custo crescente, e cujo prosseguimento, em ritmo acelerado, é um imperativo do momento.

Demonstração da situação orçamentária da C.N.M.E.,
em 20 de novembro de 1958

R E C E I T A			
	PREVISTA	REALIZADA	A REALIZAR
1 - Receita proveniente da distribuição de material de ensino em 1957	7.312.539,20	7.001.834,30	310.704,90
2 - Contribuição do Governo Federal no Orçamento do M.E. C. para 1958	10.000.000,00	6.700.000,00	3.300.000,00
3 - Contribuição do Governo Federal no Orçamento do M.E. C. para 1958, destinada ao fomento de cooperativas escolares e culturais	3.000.000,00	-	3.000.000,00
4 - Contribuição do Fundo Nacional do Ensino Médio à C.N.M.E. no plano de 1958.	3.000.000,00	-	3.000.000,00
	23.312.539,20	13.701.834,30	9.610.704,90

Demonstração da situação orçamentária da C.N.M.E.
em 20 de novembro de 1958

D E S P E S A			
	Prevista	Realizada	A Realizar
1 - Dicionário Escolar Francês-Português, Português-Francês - Elaboração de 40.000 exemplares	4.000.000,00	1.186.000,00	2.814.000,00
2 - Atlas Histórico Escolar - 100.000 exemplares (despesas previstas para 1958)	2.000.000,00	145.000,00	1.855.000,00
3 - Dicionário das dificuldades de sintaxe, morfologia, semântica da língua portuguesa - 20.000 exemplares ...	1.000.000,00	-	1.000.000,00
4 - Dicionário Escolar da Língua Portuguesa - 100.000 exemplares - 3ª edição (despesas em 1958)	200.000,00	-	200.000,00
5 - Dicionário Escolar Inglês-Português e Português-Inglês - 60.000 exemplares .	6.200.000,00	1.773.000,00	4.427.000,00
6 - Enciclopédia Infantil (despesas em 1958)	3.400.000,00	-	3.400.000,00
7 - Cooperativas Escolares e Culturais	3.000.000,00	1.230.288,00	1.769.712,00
8 - ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO			
a) Distribuição	1.700.000,00	287.617,90	1.412.382,10
b) Material	300.000,00	280.738,10	19.261,90
c) Pessoal-Tarefa	900.000,00	670.900,00	229.100,00
d) Indeniza-Vig.Hospedagem	200.000,00	14.637,00	185.363,00
e) Aluguel-depósitos	300.000,00	277.054,80	22.945,20
f) Eventuais	112.539,20	70.899,00	41.640,00
	23.312.539,20	5.936.134,80	17.376.404,20

3. Dotações orçamentárias conferidas em 1958 e respectiva aplicação

b) - Serviço de Educação de Adultos

a) Verba 3.0.00, Consignação 3.1.00	
Subconsignação 3.1.07, Inciso	
04/09/02 - Divisão de Orçamento,	
alínea 4.....	Cr\$ 78.047.000,00
Saldos de exercícios anteriores.	Cr\$ 5.931.550,00
	<hr/>
	Cr\$ 83.978.550,00

b) Com os recursos acima o Serviço de Educação de Adultos realizou programa de trabalho condensado nos seguintes itens:

I - Auxílios aos Estados, Territóri
os, D. Federal e outras entida-
des:

a) Gratificação pro-labore, a	
professôres de 12 244 cursos	
de ensino primário supletivo,	
durante sete meses.....	Cr\$ 57.544.655,00
b) Bonificação a professôres que	
apresentaram um mínimo de 25	
alunos aprovados nas sedes	
municipais e 20 na zona ru-	
ral à base de um mês de gra-	
tificação.....	Cr\$ 1.000.000,00
c) Para instalação e funciona -	
mento de 130 Centros de Ini-	
ciação Profissional à base	
de Cr\$60.000,00 por Centro .	Cr\$ 7.800,000,00

II - Material Geral de Ensino e Mate
rial Auxiliar:

a) Preparo, impressão, aquisi -	
ção e transporte de materi-	
al para aprendizagem da lei-	
tura, textos de educação po-	
pular, mapas, projetores, di	
afilmes, biblioteca circulan	
te, cartazes, etc.....	Cr\$ 10.000.000,00

III - <u>Apêlo e amparo à cooperação vo-</u>	
<u>luntária para os cursos de ensi</u>	
<u>no primário supletivo.....</u>	Cr\$ 800.000,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

IV - Serviços de Coordenação e Contrô le Geral:		
a) Despesas com pessoal adminis- trativo, pro-labore, serviços extraordinários etc.....	Cr\$	5.000.000,00
b) Aquisição de material perma - nente e de consumo, serviços de terceiros etc.....	Cr\$	500.000,00
c) Transportes, diários e ajudas de custo.....	Cr\$	800.000,00
d) Prestação de serviços (Fisca- lização e orientação técnica e financeira nos Estados.....	Cr\$	300.000,00
V - Despesas eventuais.....	Cr\$	200.000,00
VI - Saldo em reserva.....	Cr\$	33.895,00
T O T A L	Cr\$	83.978.550,00

d) Campanha Nacional de Material de Ensino

Na subconsignação 3.1.22 - alínea 3 - Serviços em regime especial de Financiamento - Educação e Cultura - Manutenção e desenvolvimento da C.N.M.E. (~~Dec. 38 556, de 12/1/56~~) foi solicitada a dotação de Cr\$ 22.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO: A Campanha Nacional de Material de Ensino, ~~instituída pelo Decreto 38 556, de 12.1.56~~, publicou e distribuiu em 1956 53.500 Dicionários Escolares da Língua Portuguesa e 20 000 Dicionários Escolares Latino-Português. Em 1957 publicou e está distribuindo 150.000 Dicionários de Português em 2ª edição, 77 000 Dicionários de Inglês em 1ª edição, 100 000 Atlas Geográfico, em 1ª edição. Além dessas obras de consulta a C.N. M.E. distribuiu, pelo preço de custo, laboratórios portáteis de química, física, projetores e outras espécies de material escolar. A receptividade que tem tido esta iniciativa do Ministério da Educação é um incentivo para que se prossigam em maior ritmo os trabalhos nesse setor. A Campanha, em menos de 2 anos de funcionamento, já instalou Postos de Distribuição, em quase todos os Estados. Os preços por que têm sido distribuídas as publicações da C.N.M.E. estão ao alcance de alunos pobres que doutra maneira não tinham possibilidade de adquiri-las. Face à rápida distribuição de tôdas as obras da Campanha, já se faz sentir a necessidade do lançamento de novas edições. Considerando que os recursos da Campanha não têm sido suficientes para o lançamento de novas edições, é proposta para 1959 a dotação de Cr\$ 22.000.000,00, que lhe possibilitará não somente a reedição dos dicionários já lançados como a publicação de outras obras de interesse fundamental para os estudantes.

Na subconsignação 1.6.13 - alínea 11 - Desenvolvimento das cooperativas escolares e culturais de caráter popular e auxílio às já existentes nas Unidades Federais, foi concedida ainda a dotação de Cr\$ 3.000.000,00 para o desenvolvimento do programa de cooperativismo, através da Campanha Nacional de Material de Ensino

JUSTIFICAÇÃO: O Ministério da Educação e Cultura, através da C.N.M.E., iniciou um intensivo programa de fomento ao cooperativismo para distribuição e barateamento do livro em geral e do didático em particular. O plano da Campanha para os próximos anos consiste em alargar o seu atual programa repartindo os seus recursos destinados ao fomento: 1) de Cooperativas

Escolares propriamente ditas formadas pelo corpo docente dos estabelecimentos de ensino e 2) de Cooperativas Culturais e Distribuidoras de Material Escolar, de caráter popular, visam atender, indistintamente, a todas as camadas sociais interessadas em seu desenvolvimento intelectual. Para execução de seu programa no exercício de 1959, necessita da dotação de Cr\$.. 3.000.000,00 já que a rede de cooperativas tem tido um crescimento acelerado em todo o país. A dotação acima será distribuída pelos Estados de acordo com o número de cooperativas escolares existentes em cada um deles.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

3) Escola Industrial de Florianópolis.....	500.000	
4) Colégio do Ar.....	700.000	
5) Outras despesas.....	65.800.000	83.000.000
b) <u>Obras e equipamentos para entidades governamentais:</u>		
1) Obras e equipamentos do Colégio Pedro II-Externato.....	3.000.000	
2) Obras e equipamento do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, em convênio com a Prefeitura do Distrito Federal.....	3.000.000	
3) Equipamento para o Instituto Benjamin Constant, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Escola Técnica Nacional e Colégio Pedro II - Internato.	3.500.000	
4) Outras despesas.....	36.149.290	45.649.290
c) <u>Campanha Nacional de Material de Ensino.....</u>		
		3.000.000
d) <u>Atividades - meios:</u>		9.000.000
e) <u>Curso de Canto Orfeônico.....</u>		360.000
f) <u>Cursos de Educação Física.....</u>		1.000.000
g) <u>Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES).....</u>		5.500.000
h) <u>Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial (CAEC)...</u>		2.500.000
i) <u>Despesas a serem autorizadas pelo Senhor Presidente da República.....</u>		10.000.000
		<hr/>
		160.009.290

Dotações Orçamentárias

Fundo Nacional do Ensino Médio

As dotações orçamentárias incluídas na lei anual de 1958, sob a rubrica do Fundo Nacional do Ensino Médio, alcançam o total de Cr\$1.192.909.290,00 (um bilhão, cento e noventa e dois milhões, novecentos e nove mil e duzentos e noventa cruzeiros).

Esse montante foi dividido em parcelas pelo próprio Congresso Nacional, especificados os destinatários.

Como cooperação à CBAI, mediante convênio para obras e instalações de escolas técnicas e industriais foram abudados..... Cr\$393.800.000,00.

O Asilo do Bom Pastor (ensino profissional) obteve 25 milhões e a Escola Técnica Industrial de São José dos Campos, 30 milhões.

Destinaram-se 60 milhões para convênios com entidades públicas e privadas para criação de novas escolas industriais.

O ensino industrial mereceu, assim, reserva superior a quinhentos milhões, a metade quase de dotação completa.

Outros ramos de ensino médio contam com apenas Cr\$261.600.000,00 (duzentos e sessenta e um milhões e sessenta mil cruzeiros). Alguns Seminários (João Pessoa, Guaxupé, Salvador) foram contemplados, com o total de mais de 10 milhões.

Para bolsas de estudo houve a reserva de duzentos e quarenta milhões.

Apenas 160 milhões sobraram à disposição do Conselho de Administração do Fundo Nacional do Ensino Médio, depois da absorvente partilha estipulada pelo Legislativo, soma reduzida a cerca de cem milhões, em consequência de alterações sugeridas pelo D. A.S.P. e apoiadas pelo Executivo.

Em resumo, para as atividades superintendidas pelo Fundo Nacional do Ensino Médio, as verbas globais, excluída a das bolsas de estudos, eis o parcelamento final:

1) <u>Fundo Nacional do Ensino Médio</u>	Cr\$	Cr\$
--	------	------

a) Manutenção:

1) Complementação para aquisição do Colégio Felisberto de Meneses, já autorizado pelo Senhor Presidente da República.....	10.000.000
---	------------

2) Escola Técnica de Belo Horizonte.....	6.000.000
--	-----------

	Cr\$	Gr\$
2) <u>Bolsas de estudo etc.</u>		
1) Campanha de Assistência ao Estudante.....		10.000.000
2) Outras despesas.....		230.000.000
		240.000.000

Finalmente, cumpre ressaltar que se acham incluídas no plano de contenção de despesas, ex-vi do que determina a Circular Reservada SPR nº 1-A/58, as parcelas abaixo indicadas:

<u>Rubrica</u>	<u>Dotação</u>	<u>Economia</u>	<u>Saldo</u>
3.1.15/8	261.000.000	180.450.000	81.150.000
3.1.15/10	2.000.000	2.000.000	-
3.1.15/11	3.500.000	3.500.000	-
3.1.15/12	2.000.000	2.000.000	-
	269.100.000	187.950.000	81.150.000

Diretoria do Ensino Secundário	Cr\$ 24.000.000
Diretoria do Ensino Comercial.....	5.000.000
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos..	4.000.000
Diretoria do Ensino Industrial.....	2.000.000
Departamento Nacional de Educação.....	1.149.290
	Cr\$ 36.149.290

Aliás, o D.N.E. abriu mão de sua quota em favor da Diretoria do Ensino Secundário.

A aplicação destes recursos foi total.

Relativamente a bolsas de estudos, somente agora começam a chegar os comprovantes de frequência dos favorecidos para efeito de liquidação dos compromissos, por parte do Fundo Nacional do Ensino Médio, não sendo possível assegurar o valor preciso da utilização da verba própria.

Quantó aos processos de manutenção, ainda é pequena a quantidade vinda das diversas unidades da Federação. Como vem acontecendo, desde o começo, registra-se atrazo no atendimento, de sorte que só em 1959 poderá ser iniciado o pagamento aos docentes e às escolas. Aliás, o numerário a esse fim destinado ainda não foi transferido para o ~~nosso~~ ^{M.E.C.} Ministério, como aliás, ocorre com grande parte das dotações do ano fluente.

A evolução da educação caracteriza-se principalmente por sua propagação cada vez maior às classes média e populares, pela necessidade de sua adaptação à variedade de aptidões individuais e às necessidades da vida moderna.

Até o fim do século XIX, a escola secundária era reservada a certas categorias sociais, era o caminho natural para o ensino superior, a escola preparadora dos intelectuais, das classes dirigentes. A aceleração da evolução econômica, em razão dos formidáveis progressos da técnica cujo poder as guerras mundiais exibiram de modo espetacular, e paralelamente a evolução social e a própria evolução política, acentuando e alargando a noção de democracia, transformaram profundamente a concepção geral do ensino, sobretudo do ensino secundário, que passou a constituir o instrumento mais importante de formação do indivíduo e do cidadão do mundo moderno. A escola secundária preparatória de uma elite, base dos estudos universitários, deu lugar a uma instituição maior e mais rica, destinada a preparar para viver, para agir, e para compreender os complexos problemas de uma nova civilização.

Já nas reformas Campos e Capanema transparecia o propósito de eliminar do ensino secundário o sentido meramente de passagem, de simples transição para estudos de nível mais elevado, o que não pôde ser atingido porque as próprias leis, em oposição àqueles propósitos, deram ao ensino uma estrutura rígida, um currículo uniforme e complexo, uma forma inflexível, indiferentes aos dados objetivos do problema, ao acelerado crescimento da educação e à consequente heterogeneidade da população que o está frequentando. A lei ficou assim fora da realidade, prendendo num sistema sem plasticidade e altamente seletivo, um enorme contingente de estudantes com os mais variados interesses e as tendências mais diversas.

A matrícula no ensino secundário subiu, de 1947 a 1957, de 114%, quando no ensino industrial foi apenas de 3%. E continuará a crescer, sob a pressão das forças sociais, dos interesses econômicos e também como consequência da consolidação do ideal democrático da igualdade de oportunidade para todos. E continuará a crescer, independentemente do desenvolvimento que tiverem os cursos profissionais porque o que se está buscando na escola secundária, especialmente no ginásio, é a cultura geral, a

formação básica, sem marcadas especializações, uma educação que, atendendo embora às inclinações individuais, não tenha ainda caráter tipicamente especializado, porque a população que está enchendo a escola secundária, se não tem em sua maioria aptidão para os estudos teóricos desenvolvidos que o ginásio, ^{oferece} também não está pretendendo ir para a atividade técnica propriamente dita.

Sua grande maioria destina-se, na verdade, às carreiras não técnicas ou semi-técnicas que, dia a dia, se multiplicam (administração, transportes, serviços de saúde e serviços sociais, imprensa, rádio, televisão, etc.)

De modo que o ginásio secundário está se transformando, por força das circunstâncias, por imposição da realidade, pre-profissional, num curso de preparo básico não só para estudos de nível mais elevado, mas também é especialmente para a própria vida, para o imediato ingresso em atividades profissionais.

Em torno dêsse aspecto fundamental, o reconhecimento de que a escola secundária de hoje é muito diversa da do começo do século, é uma grande escola geral e popular, um vasto sistema canalizador de capacidades, é que, a nosso ver, se deveria concentrar especialmente a atenção do legislador.

Por isso, o principal problema do ensino secundário é o de sua reforma, que lhe dê a flexibilidade e a diversificação compatíveis com a multiplicidade de tendências de seus estudantes, garantindo-lhes, como é de justiça e do maior interesse para o desenvolvimento econômico do país, plena expansão de suas capacidades, do imenso potencial de riqueza que elas representam.

Na expectativa dos projetos de reforma que se debatem no Congresso Nacional, a Diretoria do Ensino Secundário vêm concentrando seus esforços nas seguintes direções mais importantes.

a) no setor administrativo, a descentralização de seus serviços, que no atual governo, compreendem as seguintes iniciativas:

criação de mais nove Inspetorias Seccionais, e consolidação legal dêsses órgãos regionais que vieram atender às necessidades do interior do país, tratando diretamente dos problemas de ensino de suas várias regiões, e aos quais foi dada autonomia administrativa e financeira.

b) transformação das Seções da Diretoria, tanto quanto possível em órgãos técnicos. Assim, a Diretoria começa a apare

lhar-se para, através de projetos e fichas técnicas, dar assistência aos estabelecimentos de ensino, fornecendo-lhes plantas para construções escolares, publicações que os orientem sobre instalações, equipamento, material didático.

c) foi dada nova orientação à inspeção federal, acentuando suas funções pedagógicas, a que obedece ao princípio de que a inspeção, de acordo com a lei, deve restringir-se ao mínimo. Assim, em vez de manter para cada estabelecimento, um inspetor, para visitas periódicas, que se limitavam em geral a serviços de rotina, estão esses servidores sendo lotados nas Inspetorias Seccionais, às quais prestam colaboração técnica, sendo por elas designados para tarefas específicas nos colégios, de acordo com as maiores necessidades do serviço e com suas especializações técnicas. Assim, a inspeção federal passou a cuidar do ensino propriamente dito, das atividades pedagógicas e didáticas, da orientação do trabalho escolar, mais que da simples fiscalização formal e burocrática.

d) na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) foi desenvolvido amplo programa de formação dos professores, em numerosos cursos realizados em todo o país, de esclarecimento dos problemas da administração escolar, através de Jornadas de Estudos para Diretores e cursos para Secretários de estabelecimentos de ensino, de aperfeiçoamento do ensino, por intermédio de publicações diversas, debates e seminários.

Dentre essas realizações, destacam-se:

I - os cursos para professores, frequentados só em 1958 por mais de 3500 candidatos;

II - 10 jornadas de estudos para diretores e 16 cursos para secretários;

III - estágios para aperfeiçoamento de professores, diretores e inspetores, no Colégio Nova Friburgo, da Fundação Getúlio Vargas;

IV - bolsas de estudo para professores no estrangeiro;

V - 25 publicações compreendendo obras de didática especial, programas de ensino, trabalho sobre educação cívica e a revista "Escola Secundária";

VI - distribuição de laboratórios de ciências experimentais a 50 estabelecimentos do interior;

VII - simpósios, conferências, publicações sobre orientação educacional e instituição, pela portaria nº 105/58 da carrei

ra de orientador educacional;

VIII - estudos sobre simplificação da nomenclatura didática da língua portuguesa, da matemática, desenho e química.

Para 1959, estão previstas, dentre outras, as seguintes atividades:

a) grande ampliação do programa de cursos de orientação e aperfeiçoamento dos professores;

b) desenvolvimento da nova orientação dada à inspeção federal;

c) criação do serviço de assistência aos bolsistas para incentivá-los e orientá-los nos estudos e ajudá-los a resolver suas dificuldades e problemas;

d) auxílio financeiro às Faculdades de Filosofia para a criação de cursos de orientação educacional;

e) instituição do serviço de orientação profissional na escola secundária, que tem por fim encaminhar os estudantes no sentido de suas aptidões vocacionais e de escolha acertada de suas futuras profissões;

f) criação de dois centros de formação de professores de ciências experimentais, um no D. Federal e outro em S. Paulo, com vistas ao preparo básico de futuros técnicos especializados, de que tanto depende o desenvolvimento econômico do país;

g) aquisição e distribuição a ginásios e colégios de 300 laboratórios de ciências naturais, física e química;

h) concessão de maior número de bolsas de estudo no estrangeiro, a professores e técnicos de educação;

i) merece especial atenção o funcionamento previsto, para o próximo ano, de classes experimentais no ensino secundário, que têm o objetivo de ensaiar a aplicação de novos métodos pedagógicos e processos escolares bem como de novos tipos de currículo.

Essa iniciativa vinha sendo reclamada pelos educadores brasileiros diante das perspectivas de diversificação, que, como já acentuamos, corresponde a uma tendência natural, determinada pelo grande crescimento desse ensino.

As variedades de currículo nas classes experimentais serão mantidas nos limites definidos pelos vários cursos médios já reconhecidos, oferecendo assim oportunidade para o ensaio de modalidade do ensino de segundo grau que procurem harmonizar o ensino acadêmico com as tendências a dar ao curso secundário um sentido mais concreto de formação para as tarefas e responsabilidade da vida social e profissional.

Funcionário, em 1959, 35 classes experimentais, no D. Federal, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Estado do Rio e Ceará, cujos planos já foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação homologados pelo Ministro.

A receptividade que alcançou esta iniciativa ultrapassou nossa expectativa, esperando esta Diretoria que ela forneça elementos para uma verdadeira renovação do ensino secundário no país.

Glauco Lins

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Ensino Comercial

Prossegue o ensino comercial em expansão e se consolida cada vez mais, mercê da utilidade de seus cursos e do sentido de formação profissional que propicia, em face de um mercado de trabalho em pleno desenvolvimento e onde são apreciáveis as oportunidades no conjunto das ocupações comerciais e administrativas.

A difusão desse tipo de ensino pode ser identificada, de um ano para outro, no crescimento, que se expressa pelo índice médio de 10 %, seja no que se refere às unidades escolares ou cursos novos, seja quanto ao contingente de matriculados.

No primeiro ciclo de estudos de grau médio, o curso comercial básico, mantido no mesmo nível do ginásio, que tradicionalmente conta com maior matrícula, expande-se de modo gradual e seguro. Enquanto isso, quando mais esclarecidos sobre os rumos profissionais a seguir, os estudantes afluem, em ponderável contingente, para os cursos técnicos de comércio, que se definem por uma matrícula geral em plena expansão, somente sobrepujada pela do curso científico e várias vezes maior que a do curso clássico. A par do fenômeno de seu desenvolvimento, o ensino comercial é alcançado por uma série de medidas visando a aprimorá-lo.

Mantiveram-se, tendo em vista a formação e o aperfeiçoamento de professores, cursos específicos no Distrito Federal, em São Paulo, em Campinas, em Porto Alegre, em Belo Horizonte e em Recife, realizando-se seminários de estudos para diretores, professores, inspetores e secretá-

rios de escolas.

Os setores técnicos respectivos incumbem-se de estudos e pesquisas destinados ao aprimoramento e à dinamização dêste ramo do ensino. Em prosseguimento às pesquisas quanto à produção de material que possibilite um ensino vivo, palpitante e eficiente, iniciou-se a produção, em cooperação com o Instituto Nacional de Cinema Educativo, de diafilmes educativos, versando assuntos de geografia econômica e de contabilidade.

No campo preciso das técnicas de ensino, amplia-se e aprimora-se a adoção do Sistema de Ensino Funcional ou de Classes-Emprêsas, em que, mediante a coordenação das disciplinas e dos planos anuais de cursos, conjugada às sessões práticas no Escritório-Modêlo, as diversas classes da escola, motivadas pelas emprêsas em que se transformam, conseguem, ao longo do curso, acurada formação profissional. Mais de vinte escolas técnicas de comércio adotam o ensino funcional depois de terem preparado seu magistério para aplicá-lo com segurança.

CC./msm.

L. C. F.

A. A. A.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Ensino Médio (Colégio Pedro II)

(minúscula sem grifo)

Em 1958, funcionou o Externato do Colégio Pedro II com a população de 6 165 alunos, inclusive os que foram aprovados no Internato. No mesmo ano, adquiriu-se o prédio do antigo Colégio Felisberto de Meneses, sendo possível, dêsse modo, conceder-se matrícula a todos os candidatos aprovados, no total de 1 190, dentre os 6 565 que requereram inscrição, no ano anterior, para os exames de admissão à 1ª série ginásial. Essa aquisição foi das maiores realizações em 1958, pois, graças a ela e às obras realizadas na Secção Sul, verificou-se a matrícula de 3 765 novos alunos nesse Externato, de 1956 para cá.

Outras providências vem tomando o atual Govern^o no no sentido da ampliação e melhoria das condições de funcionamento do Externato, como ocorre em relação à Secção Sul. O projeto geral das obras dessa dependência abrange 4 blocos, 1 auditório e instalações para educação física, recreação e jogos. Dois blocos foram concluídos com o auxílio da verba de 5 milhões de cruzeiros, destacada do Fundo Nacional do Ensino Médio.

Atento aos interêsses da coletividade nacional e preocupado com a elevação do nível profissional e moral dos que serão chamados, mais adiante, a participar dos vários misteres sociais, procura o Govern^o ampliar e aperfeiçoar os serviços de educação em geral, na certeza de que só assim alcançará a meta inscrita no seu programa, em benefício do País.

X

ENSINO AGRÍCOLA

É profunda a transformação por que passa o ensino agrícola em todo o território nacional com a execução, na parte que lhe toca, do vasto programa de Metas de Educação para o Desenvolvimento. Para quaisquer normas educativas adotadas, a sua eficiência só estaria assegurada com a existência de bases materiais que lhe permitam ampliar o seu raio de ação pois que se destina a servir, direta ou indiretamente, e sob as mais diversas modalidades, à formação adequada de mais de 60% da população brasileira.

Contraditòriamente, entre os ramos de ensino de grau médio, tem sido até agora o que oferece menores possibilidades educativas, reveladas pelo número de educandários existentes que somam apenas 1% em relação a todos os outros. O ensino industrial que se encontra em penúltimo lugar, logo acima do ensino agrícola, conta com oito vezes mais possibilidades, na cifra ainda diminuta de cerca de 8%.

Tem portanto o meu Govêrno desenvolvido o máximo esforço no sentido de instalar novos estabelecimentos de ensino agrícola e de ampliar instalações dos existentes, de modo a ser aumentada a lotação de conjunto desses órgãos de ensino especializado que atendem apenas a 6.000 educandos e espero passem a comportar cerca de 30.000, cinco vezes mais, ao ser terminado o Plano de Metas para o Ensino Agrícola, ao mesmo tempo em que ficará consideravelmente diminuído o custo de educação per capita.

De acôrdo com o Plano já por mim aprovado, com a particularidade de ser todo de investimento e de objetivos acen-tuadamente econômicos, serão beneficiadas 16 escolas agrotécnicas com 71 alojamentos e 10 pavilhões de indústrias rurais, 7 escolas agrícolas com 34 alojamentos e 5 pavilhões de indústrias rurais, 29 escolas de iniciação agrícola com 171 alojamentos e 29 pavilhões de indústrias rurais, 26 cursos de economia rural doméstica com 11 alojamentos e 104 oficinas para trabalhos especializados, 33 cursos de tratoristas com 33 oficinas mecânicas e 198 tratores.

Já no exercício de 1958 teve início a execução desse plano com a aplicação de Cr\$ 200.000.000,00 consignados em orçamento para êsse fim, importância essa que constitui a primeira cota de um total de cerca de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros). Está baseado o seu custeio, como o dos demais que compõem as Metas de Educação para o Desenvolvimento, em preceitos

constitucionais que recomendam a aplicação a favor do ensino de 10% da renda oriunda de impostos.

Foram em número de 28 os estabelecimentos já contemplados com a construção de 54 novos alojamentos, sítos nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de 3 Cursos de Tratoristas aparelhados com oficinas mecânicas completas e diversos Cursos de Tratoristas beneficiados com tratores e outras máquinas agrícolas.

Quatro novas escolas da rede federal estão sendo instaladas em Rio Pomba, Montes Claros (Minas Gerais) e em Passo Fundo, Frederico Westphallen (Rio Grande do Sul), enquanto se acham em curso no Congresso a proposta de criação de várias outras (Santa Maria-Rio Grande do Sul, Couto Magalhães e Bambuí - Minas Gerais, Jataí - Goiás e Rondônia - Território de Rondônia), e a proposta de passagem para rede federal de seis escolas até agora em regime de acôrdo no Espírito Santo, no Piauí, no Maranhão, no Ceará, no Rio Grande do Norte e em Santa Catarina, e tiveram iniciadas suas instalações novas escolas em regime de acôrdo com vários Estados.

Afora esse tratamento especial de renovação do ensino agrícola, quer pela complementação das instalações e do equipamento das escolas existentes quer pela criação de novas, de modo geral assinalou-se progresso na marcha dos seus trabalhos normais, com o aumento da produção agrícola e indústrias correlatas, com a ampliação de atividades através de cursos práticos, de pequena duração, e da educação extensiva beneficiadora de todos os membros da comunidade rural.

Sem alteração no andamento dos trabalhos educativos dos estabelecimentos de ensino agrícola e da execução dos programas referidos, vêm sendo experimentados, em diferentes pontos do território nacional, outros tipos mais econômicos de educação para a agricultura e para a economia rural doméstica, que se efetuam em caráter complementar junto a ginásios e escolas primárias, excluídas portanto as despesas com instalações e custeio da parte relativa a ensinamentos de cultura geral. Verificada a aceitação em nosso meio dessa formação complementar que se destina sobretudo ao aproveitamento dos que concluem os cursos primário e ginásial sem possibilidades de prosseguimento de seus estudos, poderá esse tipo de educação difundir-se facilmente, prestando grandes serviços à nossa mocidade do interior pois que a sua manutenção custa muitas vezes menos do que a das escolas incumbidas de

formação profissional completa, abrangendo cultura geral e cultura técnica.

Ensino Superior

Recebeu também o ensino superior para a agricultura e veterinária os benefícios do Plano de Metas de Educação para o Desenvolvimento com a instalação de institutos especializados visando a desenvolver nas escolas desse grau o espírito universitário de altos estudos e pesquisas. Em primeira etapa de execução desta parte do Plano, foram instalados em 1958 os seguintes órgãos mediante convênios com o Ministério da Educação e Cultura: Instituto de Economia Rural junto à Universidade Rural do Km. 47, Instituto de Genética junto à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, Instituto de Mecânica Agrícola junto à Universidade do Paraná e Instituto de Tecnologia Rural junto à Escola de Agronomia da Universidade do Ceará.

Como no caso do ensino agrícola profissional, houve a intenção de suprir deficiências comprovadas, não tendo sido verificadas outras necessidades imediatas para o ensino superior de agricultura e veterinária que, em regra, dispõem de instalações e equipamentos razoáveis que lhes possibilitam a execução, com eficiência, de seus programas culturais.

O aumento da matrícula nesses estabelecimentos de ensino superior tem merecido atenções especiais do Governo em vista do número reduzido de candidatos às carreiras de agronomia e veterinária, que ainda não despertaram um interesse correspondente às necessidades econômicas do país. Entre várias medidas postas em prática, tem sido feita uma campanha nesse sentido, concedendo-se bolsas de estudos e outras vantagens aos que se propuserem a fazer esses cursos.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Constitui um paradoxo o fato de um país em que dois terços da população se acham direta e indiretamente vinculados à atividade agropecuária contar reduzido número de especialistas do nível médio e superior. Uma atividade que foi e continuará a ser básica para o desenvolvimento nacional carece, ainda hoje, de quadros técnicos e científicos que a orientem no sentido da superação de práticas obsoletas e da melhoria de padrões de uso da terra comprovadamente antieconômicas.

As raízes históricas dessa anomalia parecem prender-se de um lado ao estatuto escravista que por longos anos dominou a existência de nosso povo, relegado a plano inferior todo esforço para melhorar a técnica de exploração agropecuária e extrativa, e de outro lado à estrutura rural remanescente, que só aos poucos se vai transformando, sob o imperativo das exigências de consumo das grandes concentrações urbanas e do mercado exterior.

A essas razões de natureza profunda deve acrescentar-se a ausência, até bem pouco tempo, de uma firme orientação nesse domínio, a descontinuidade na execução de planos administrativos, o desestímulo aos que cursaram escolas de nível superior e até o próprio tipo de ensino que era ministrado, nem sempre de acordo com as condições reais em que o profissional terá de aplicar ou transmitir seus conhecimentos.

Afortunadamente, esse estado de coisas tende a modificar-se, com resultados que, embora modestos, já se refletem de modo benéfico na melhoria de nossos padrões de assistência tecnológica às atividades rurais.

Ensino Agrícola de Grau Médio

Contraditóriamente, o ensino agrícola de grau médio tem sido até agora o que oferece menores possibilidades educativas, reveladas pelo número de estabelecimentos existentes, apenas 1% em relação aos demais ramos do mesmo grau.

Tem, assim, o meu Governo desenvolvido o máximo esforço no sentido de instalar novas unidades e ampliar as instalações dos educandários em funcionamento, de modo a aumentar a lotação de conjunto desses órgãos de ensino especializado, que atendem apenas a 6 000 educandos e espero passem a comportar cerca de 30 000, cinco vezes mais, ao término do Plano de Metas para este setor. Tal providência contribuirá para que seja consideravelmente reduzido o custo de educação per capita.

De acordo com o Plano já por mim aprovado, serão beneficiadas 16 escolas agrotécnicas, com 71 alojamentos e 10 pavilhões de indústrias rurais, 7 escolas agrícolas, com 34 alojamentos e 5 pavilhões de indústrias rurais, 29 escolas de iniciação agrícola, com 171 alojamentos e 29 pavilhões de indústrias rurais, 26 cursos de economia rural doméstica, com 11 alojamentos e 104 oficinas para trabalhos especializados, e 33 cursos de tratoristas, com 33 oficinas mecânicas e 198 tratores.

Já no exercício de 1958 teve início a execução desse Plano, com a aplicação de 200 milhões de cruzeiros, importância que constitui a primeira quota de um total de cerca de 2 bilhões de cruzeiros.

Foram em número de 28 os estabelecimentos contemplados com a construção de 54 novos alojamentos, distribuídos por 15 Unidades da Federação, além de 3 Cursos de Tratoristas, aparelhados com oficinas mecânicas completas, e diversos cursos da mesma natureza beneficiados com tratores e outras máquinas agrícolas. Quatro novas escolas da rede federal estão sendo instaladas em Rio Pomba e Montes Claros (Minas Gerais) e em Passo Fundo e Westphallen (Rio Grande do Sul). Achem-se em curso no Congresso a proposta de criação de várias outras e a de passagem para o âmbito federal de 6 escolas, até agora mantidas em regime de acôrdo, no Maranhão, no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte, no Espírito Santo e em Santa Catarina, havendo sido iniciada a instalação de novas escolas sob o mesmo regime.

Afora êsse tratamento especial de renovação do ensino, assinalou-se progresso na marcha dos trabalhos normais, com a ampliação de atividades através de cursos práticos de pequena duração e da educação extensiva, em benefício de todos os membros da coletividade rural. De outra parte, vêm sendo experimentados, em diferentes pontos do território nacional, outros tipos de educação para a agricultura e para a economia rural doméstica, os quais são levados a cabo em caráter complementar junto a ginásios e escolas primárias. Verificada a aceitação em nosso meio dêsse tipo de ensino complementar, poderá êle difundir-se facilmente e prestar grandes serviços à mocidade do interior, sendo de notar que a sua manutenção custa muitas vêzes menos do que a das escolas incumbidas de formação profissional completa, abrangendo cultura geral e técnica.

Campanha de Educação de
Adolescentes e Adultos

Dentre as atividades da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos assinalam-se a instalação de 12 251 cursos de ensino primário supletivo, em que se aplicaram recursos financeiros no valor de ^{58 milhão de cruzeiros;} ~~Cr\$ 58 000 000,00~~ a criação de 130 centros de Iniciação Profissional, com os respectivos auxílios financeiros, na importância de 7 milhões e 800 mil cruzeiros; a distribuição, a voluntários, de 5 169 070 publicações diversas destinadas à educação de adolescentes e adultos. Foi elaborado um novo "Guia de Leitura" destinado à alfabetização de adolescentes e adultos da região norte do Brasil, para o qual foram cuidadosamente selecionados vocabulário, usos, costumes e aspectos geográficos, sociais e econômicos. ~~Naquela região.~~ Proce- deu-se à preparação de outro guia intitulado "O Nordeste", nos moldes já descritos e dedicado aos estudantes da região nordestina. Ultimou-se a confecção do "Manual do Voluntário", destinado às pessoas que, sem a devida preparação didática, cooperam na alfabetização de adolescentes e adultos, compreendendo guias de leitura para cada sexo: "Guia de Matemática", "Exercícios para o Ensino da Linguagem Escrita" e "Instruções Metodológicas".

Promoveu, ainda, a Campanha, o "Concurso de Obras Educacionais para Neo-Alfabetizados", com prêmios no valor de 400 mil cruzeiros, e publicou regularmente os periódicos "Boletim Informativo", "Boletim Mensal" e "Jornal de Todos", com tiragem de 15 mil exemplares. A Campanha está, também, iniciando um trabalho experimental de "Biblioteca Circulan

te", com 40 caixas de livro.

Consta do programa previsto para 1959 ^{aumento} e ~~empita-~~
~~ção~~ do número de cursos, a edição de novos guias de leitura
especializados e a criação de cursos por correspondên-
cia para adultos de diferentes níveis de cultura.

CC/msm.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Ensino Secundário (ginasial)

Foi consideravelmente simplificado o processo administrativo referente à abertura e ao funcionamento de ginásios e colégios, o que contribuiu para a ampliação da rede escolar secundária no País, tanto assim que em 1956 foram autorizadas a funcionar 112 estabelecimentos, em 1957, 193 e em 1958, 271. Neste último ano, elevaram-se a 371 os pedidos de abertura, dos quais 100 foram indeferidos por não atenderem às condições regulamentares mínimas. Com esse aumento, atingiu ^o 1 852 unidades o total de ginásios em todo o País, e o de colégios, 669. As Unidades Federadas que maior expansão registraram foram São Paulo, com 659 estabelecimentos; Minas Gerais, com 401; Rio Grande do Sul, com 243; Distrito Federal, com 205 e Rio de Janeiro, com 156.

Dentro do princípio de restringir ao mínimo a inspeção permanente aos estabelecimentos de ensino secundário, o órgão específico do Ministério da Educação e Cultura adotou o sistema de convênios, quando oferecem garantias de bom funcionamento, dando a seus diretores autonomia para assumirem o encargo e as responsabilidades da observância das leis e regulamentos, em substituição ao inspetor federal. Esse regime, valorizando a autoridade do diretor e premiando os estabelecimentos que adotam melhor orientação administrativa e pedagógica, tem dado bons resultados.

Os cursos de orientação de professores para exames de suficiência, especialmente nas regiões onde não há Faculdades de Filosofia, suprem em grande parte as necessidades do ensino, no que respeita ao recrutamento do pessoal

1852
669
2521

docente do interior, procurando dêsse modo atender ao acen- tuado aumento da rêde escolar. Para educadores que já dis- põem de registro, ministraram-se, também, cursos de aperfei- çoamento: para professôres de Química, em Pôrto Alegre e Belo Horizonte, e de várias outras disciplinas, incluindo di- dática, em Juiz de Fôra, Pôrto Alegre, Fortaleza, Recife, São Carlos, São Luís e Natal.

As Jornadas de Estudos despertam vivo interêsse dos diretores de colégios, pela oportunidade que lhes é ofe- recida de examinar problemas específicos da administração es- colar, pedagógicos e de educação em geral, e de maior apro- ximação e intercâmbio de experiências dessas autoridades de ensino. Ainda com o objetivo de aperfeiçoamento da adminis- tração escolar, realizaram-se 16 cursos para Secretários de estabelecimentos de ensino.

A CADES, em cooperação com a Fundação Getúlio Var- gas, promoveu estágios de aperfeiçoamento para professôres no Colégio Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro. Aos estágios comparecem professôres de todo o País, dando-se-lhes, desta forma, oportunidade para se aperfeiçoarem nas matérias de sua especialidade.

Em cooperação com a Associação de Educação Católi- ca, desenvolve-se um plano destinado a possibilitar aos co- légios secundários a importação, a baixo custo, de laborató- rios especializados de Ciências Físicas e Naturais. Além dis- so, ofereceram-se, a título de doação, pequenos laboratórios de química a cinqüenta estabelecimentos de ensino secundário cujos recursos não lhes permitem adquirir êsse material por conta própria.

Executa o Govêrno amplo programa para implantar a orientação educacional no ensino secundário. De início, re

alizou-se um Simpósio em São Paulo o qual reuniu os educadores de todo o País mais dedicados a êsse problema e que definiu os rumos e firmou as primeiras bases para o desenvolvimento do programa. Seguiram-se àquela iniciativa numerosas atividades, conferências, seminários, publicações, que concorreram para avivar o interêsse pelos problemas, encontrando plena receptividade por parte dos especialistas, das direções dos colégios, dos professôres e das Faculdades de Filosofia, que começavam a criar cursos especiais para orientadores educacionais. Em 1958, reuniu-se um segundo Simpósio, em Pôrto Alegre, ao qual compareceram mais de 700 interessados e que ofereceu valiosos elementos para o prosseguimento nos estudos e realizações.

Têm-se preocupado as autoridades educacionais com o funcionamento, no ensino secundário, de classes experimentais, objetivando ensaiar a aplicação de novos métodos pedagógicos e processos escolares, bem como de tipos de currículo compatíveis com a legislação em vigor.

A instituição de classes experimentais vinha sendo reclamada constantemente pelos educadores brasileiros, como uma das medidas de grande necessidade, diante das perspectivas de maior diversificação do ensino secundário, que corresponde a uma tendência natural, determinada pelo desenvolvimento dêste ensino e pela sua propagação a diversas camadas sociais.

As variedades do currículo nas classes experimentais deveriam ser nos limites definidos pelos vários cursos médios já reconhecidos, oferecendo assim ensêjo para o ensaio de modalidades do ensino do segundo grau que procurem harmonizar o ensino acadêmico com as tendências atuais, de molde a imprimir ao curso secundário um sentido mais concreto de for

mação para as tarefas e responsabilidades da vida social e profissional.

A receptividade que mereceram as instruções expedidas a respeito ultrapassou tôda expectativa, candidatando-se à realização da experiência, no corrente ano, 30 ginásios e colégios do Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará.

A fim de tornar mais efetiva a formação científica no ensino secundário, com vistas ao preparo básico para a formação de técnicos especializados, de que tanto depende o desenvolvimento econômico do País, é intenção do Ministério da Educação e Cultura criar dois Centros de Ciências Experimentais, no Distrito Federal e em São Paulo.

Visam êsses Centros, de modo especial, aperfeiçoar professôres de Ciências Experimentais, sobretudo no que se refere à parte prática do ensino, que ainda é das mais deficientes na maioria de nossos estabelecimentos. Disporão de laboratórios adequados, para uso dos docentes, e, se possível, dos próprios estudantes. A montagem será com aparelhamento nacional, de preferência simples e de natureza prática, em ordem a facilitar sua aplicação nos próprios colégios. Serão organizados cursos práticos intensivos de duração variável, tanto nos Centros como nos colégios que já tenham laboratórios equipados, oferecendo-se bôlsas de estudo aos professôres do interior para freqüência aos referidos cursos.

Em 1958, aquêle Ministério despendeu em bôlsas de estudo importância superior a 99 milhões de cruzeiros.

As dotações para 1959 possibilitarão ao órgão ministerial executar vasto plano de trabalho.

Fundo Nacional do Ensino Médio

Planejado o sistema de cooperação financeira em favor do ensino médio e estabelecidas as exigências e hipóteses que autorizam e gradam os auxílios a conceder, as atividades neste setor traduzem-se em realizações de alta relevância. As dotações orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional, no montante de 1,192 milhões de cruzeiros, tiveram a destinação prevista por esse órgão.

Em regime de cooperação com a C.B.A.I., mediante convênio para obras e instalação de escolas técnicas e industriais, ~~despendeu~~ o Fundo ^(Nacional do Ensino Médio) a importante parcela de 393 milhões e 800 mil cruzeiros. O Asilo Bom Pastor (ensino profissional) obteve 25 milhões e a Escola Técnica Industrial de São José dos Campos, 30 milhões. Destinam-se 60 milhões à execução de convênios firmados com entidades públicas e privadas para criação de escolas industriais, elevando-se, assim, a importância concedida a esse tipo de ensino a mais de 500 milhões, quase a metade da dotação global do Fundo. Outros ramos do ensino médio foram beneficiados com auxílio superior a 261 milhões, havendo alguns Seminários sido contemplados com importâncias que em conjunto se elevam a mais de 10 milhões.

A concessão de bolsas de estudo é precedida de medidas tendentes a assegurar o cumprimento dos princípios instituídos pelo sistema oficial, salientando-se o que estabelece a preferência dos mais capazes entre os mais necessitados. Para essas bolsas, verificou-se a reserva de 240 milhões de cruzeiros.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

14 - Fundo Nacional do Ensino Médio

As atividades do Fundo Nacional do Ensino Médio cingem-se por assim dizer, a trabalhos de rotina, onde não cabem destaques.

É que, planejado o sistema de prestar cooperação financeira a favor do ensino médio e firmadas as exigências e hipóteses que autorizam e graduam os auxílios a conceder e fiscalizam e aprovam as respectivas prestações de contas, o movimento do órgão reduz-se ~~à monotonia de sempre~~: coleta de dados, confronto das informações obtidas com os paradigmas regulamentares, exame e conferência dos resultados atingidos e da exatidão dos cálculos, de modo a que a ajuda consentida fique ajustada aos preceitos normativos, para ser reconhecida como justa e necessária, sem ser excessiva.

Dentro e fora do Ministério da Educação, quantos colaboram nos encargos funcionais do Fundo Nacional do Ensino Médio debruçam-se sobre as pesquisas indispensáveis, a indagar e a conferir, oscilando a responsabilidade do concurso individual, mas jungidos todos à preocupação de máximo escrupulo e de acerto absoluto.

As tarefas distribuem-se em vários grupos.

Ora são consignações orçamentárias constantes da Lei de Meios, com destinatários certos e valores marcados pelos congressistas, cujo pagamento exige prova de existência da entidade contemplada e de sua categoria, como estabelecimento de ensino de grau médio, assinatura de convênio, sob cláusulas gerais e, às vezes, particulares, além de outras providências concernentes à comprovação de contas anteriores prestadas e mais formalidades prescritas.

Os processos de manutenção, incluindo a suplementação salarial dos professores e o auxílio direto às escolas, reclamam, análogamente, longo e metuculoso exame, sempre implicando o mesmo esforço e cuidado.

A cooperação para obras e equipamento envolve por sua vez, características observações e contrôles, adequados aos objetivos a que se visa.

Da mesma forma, a concessão de bôlsas de estudo é precedida de medidas tendentes a assegurar fiel cumprimento dos postulados instituídos pelo sistema oficial, salientando-se aquêle que fixa a preferência dos mais capazes entre os necessitados.

Não nos é possível classificar tais ou quais casos como realizações principais, desde que o montante do compromisso não imprime relevância aos pedidos estudados, por serem todos de natureza idêntica.

Ensino Industrial

Só em 1910 começou a existir entre nós, com alguma sistematização, o ensino profissional, mercê da legislação inspirada por Nilo Peçanha, em 1909, de que será comemorada, êste ano, o cinquentenário, excelente oportunidade para evidenciar-se o impulso dêsse ramo do ensino em apenas meio século.

Até a Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, o ensino profissional se fazia em articulação com o sistema nacional de educação e era quase exclusivamente destinado à recuperação social de menores desvalidos. A Lei Orgânica deu-lhe grande impulso e sistematização. A maior conquista do ensino industrial foi sua definitiva posição como ramo do ensino médio, com plena equivalência ao ensino secundário, em virtude da Lei nº 1 821, de 1953, de grande significação sob o aspecto vocacional. (7)

Êste fato assinala o fim da primeira fase do plano de educação técnico-profissional no País, e inaugura promissora etapa. Criadas as escolas e quadros e estabelecidos os primeiros programas experimentais, construídos e equipados numerosos estabelecimentos, o próximo passo será o aperfeiçoamento progressivo dos métodos do ensino industrial, em alguns pontos já obsoleto. O progresso da indústria não pode ser detido e o ensino industrial é, por excelência, o que ministra a educação para o desenvolvimento. Essa nova etapa depende, fundamentalmente, da aprovação pelo Congresso, do projeto de reforma do ensino industrial.

Vem o Governo acelerando o ritmo de construções e de equipamento escolares, no desejo de garantir a maior eficiência ao trabalho de formação de mão-de-obra qualificada. Em 1958, foram elaborados programas completos relativos à construção de novas escolas, como a de Belém e as de Novo Hamburgo e Jundiá (de Construção Civil), estas duas de grandiosas proporções. Organizaram-se plantas concernentes à remodelação minuciosa de oficinas escolares, laboratórios e gabinetes das Escolas Técnicas de Belo Horizonte e Pelotas. Foram, também, preparadas plantas, para orientação básica da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura, relativas às Escolas Técnicas de Campos e Recife (reorganização), Salvador (prosseguimento) e Escolas Industriais de Aracajú (nova planificação), João Pessoa, Cuiabá (novas instalações), Teresina e Natal (reorganização). Com essas e outras obras, despendeu-se, em 1958, importância superior a 74 milhões de cruzeiros.

Algumas das obras em curso são de porte considerável, bastando ressaltar que a Escola Técnica de São Bernardo do Campo, destinada a comportar inicialmente 600 alunos internos compreenderá instalação na área de 170 000 m², e a de Novo Hamburgo, também para atender a 600 estudantes, terá área de construção de 200 000 m². O custo total, a cargo da União, de cada um desses estabelecimentos aproxima-se de 400 milhões de cruzeiros. Para desenvolver e tornar mais eficiente o ensino industrial, adquiriram-se equipamentos de laboratórios, gabinetes técnicos, oficinas e outros materiais de ensino no valor de mais de 25 milhões de cruzeiros, beneficiando o Curso Técnico de

Mineração e Metalurgia, de Ouro Preto, e várias Escolas Técnicas. Através da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, foram empregados, no exercício em foco, CR\$ 12 747 423,30 e US\$ 58 177,65 em equipamentos, obras e treinamento de professores, tendo sido beneficiadas as Escolas Técnicas Nacional de Pelotas, Ouro Preto, Campos, Belo Horizonte e Curitiba.

No decorrer do exercício, celebraram-se acordos com entidades oficiais e particulares para instalação e funcionamento de cursos artesanais em todas as Unidades da Federação. À conta do Fundo Nacional do Ensino Médio, em virtude de convênios firmados com diversas instituições, despendeu o  a importância de CR\$ 45 200 000,00. *Ministério de Educação e Cultura*

No que respeita à formação do magistério, tiveram prosseguimento as atividades de assistência técnico-pedagógica, mediante cursos de aperfeiçoamento de 8 meses, para professores de ofício, de fundição, mecânica de máquinas, marcenaria, serralheria, eletricidade e rádio, ministrados por especialistas brasileiros e norte-americanos e pelo Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, instalado, com a colaboração da C.B.A.I., na Escola Técnica de Curitiba. Proporcionaram-se, também, a diretores de escolas de ensino industrial, com a colaboração do órgão citado, viagens de estudo aos Estados Unidos, com estágios na indústria e visitas de observação a estabelecimentos de ensino industrial, beneficiando-se da providência os diretores das Escolas Técnicas de Belo Horizonte e das Escolas Industriais de Fortaleza e Terezina.

Foi instituído, em 1958, o curso técnico de

Eletrônica, adotando-se providências para instituição do de Meteorologia.

Ainda com o auxílio da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, continuaram a ser mantidos Serviços de Orientação Educacional em algumas das escolas da rede federal.

O mais importante objetivo, no sentido de estimular e modernizar o ensino industrial, é a aprovação do projeto de reforma ora em tramitação no Senado Federal, o qual prevê para as escolas personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Tal autonomia permitir-lhes-á solução mais rápida de questões administrativas e lhes possibilitará maior adequação ao meio a que servem.

Para 1959, foi destinada ao ensino industrial a soma de CR\$ 988 724 740,00. O aumento das dotações orçamentárias é uma decorrência do desenvolvimento do programa anteriormente traçado, em especial no que concerne a obras e equipamentos, de custo crescente, e cujo prosseguimento, em ritmo acelerado, é um imperativo do momento.

CC/ssr.